



**ADRIANA VIDIGUEIRA
MIRANDA**

**Os incentivos comunitários e o seu impacto
numa PME - um caso prático**



Universidade de Aveiro
Ano 2022

**ADRIANA VIDIGUEIRA
MIRANDA**

**Os incentivos comunitários e o seu impacto
numa PME - um caso prático**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão – ramo Finanças Empresariais, realizada sob a orientação científica da Doutora Elisabete Fátima Simões Vieira, Professora Coordenadora com Agregação do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à minha família pelo incansável apoio.

o júri

presidente

Professora Doutora Raquel Matias da Fonseca
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Professor Doutor Luís Miguel da Mata Artur Dias Pacheco
professor associado com agregação da Universidade Portucalense

Professora Doutora Elisabete Fátima Simões Vieira
Professora coordenadora com agregação da Universidade de Aveiro

palavras-chave

Projetos de Investimento; Fundos Comunitários; Portugal 2020; Portugal 2030; Programa de Apoio à Produção Nacional; PME

resumo

Num mundo cada vez mais global e tecnológico, a importância das PME na economia vai crescendo, assim como os seus problemas e dificuldades, como por exemplo o acesso ao financiamento. Consequentemente, a necessidade de intervenção estatal torna-se vital para estas empresas. Uma das formas de intervenção da União Europeia baseia-se no apoio através de fundos comunitários.

No presente trabalho, explorou-se o sistema de incentivos Programa de Apoio à Produção Nacional, no âmbito do Portugal 2020, e analisou-se um projeto de investimento financiado pelo Programa de Apoio à Produção Nacional, assim como o seu impacto na empresa.

O projeto mostrou-se viável, dado que permite aumentar o valor da empresa num valor considerável, bem como uma recuperação rápida do investimento. Com o projeto implementado, estima-se, mais especificamente, um acréscimo significativo do Resultado Líquido do Período, bem como da autonomia financeira.

Conclui-se que o projeto terá um impacto positivo e significativo na atividade da empresa, bem como da sua situação económica e financeira.

keywords

Investment Projects; Community Funds, Portugal 2020; Portugal 2030; National Production Support Program; SME's

abstract

In an increasingly global and technological world, the importance of SME in the economy is growing, as well as their problems and difficulties, such as access to finance. Consequently, the need for state intervention becomes vital for these companies. One of the European Union's forms of intervention is based on support through Community funds.

In the present work, the incentive system for the National Production Support Program was explored, within the scope of Portugal 2020, and an investment project financed by the National Production Support Program was analyzed, as well as its impact on the company.

The project proved to be viable, since it allows to increase the company's value by a considerable amount, as well as a quick recovery of the investment. With the project implemented, it is estimated, more specifically, a significant increase in the Net Result, as well as in the financial autonomy.

It is concluded that the project will have a positive and significant impact on the company's activity, as well as its economic and financial situation.

Índice

Índice de figuras	iii
Índice de tabelas	iii
Lista de siglas	iv
1. Introdução	1
2. Revisão da literatura	5
2.1. Enquadramento	5
2.2. Portugal 2020	5
2.3. Portugal 2030 e PRR	8
2.4. Programa de Apoio à Produção Nacional	9
2.5. Fases da Operação	11
2.5.1. Enquadramento	12
2.5.2. Candidatura	12
2.5.3. Gestão de Candidatura	16
2.5.4. Acompanhamento	17
2.5.5. Encerramento	18
2.6. Projeto	19
2.6.1. Projetos de Investimento	19
2.6.2. Análise interna e externa	21
2.6.3. Estudo de Viabilidade Económico-Financeira	22
2.6.3.1. Rendibilidade	23
2.6.3.2. Análise de Solvabilidade	25
2.6.3.3. Análise de Sensibilidade	25
2.6.3.4. Risco	26
2.6.3.4.1. Risco Económico	27
2.6.3.4.2. Risco Financeiro	27
2.6.3.4.3. Risco Global	28
3. Estágio Curricular	29
3.1. Entidade Acolhedora	29
3.2. Desenvolvimento do Estágio	29
4. Caso de Estudo	31

4.1.	Caraterização da empresa	31
4.2.	Avaliação do Período Pré-projeto	32
4.3.	Projeto de Investimento	34
4.3.1.	Investimento e Financiamento	36
4.3.2.	Rendimentos	37
4.3.3.	Gastos	37
4.3.4.	Demonstrações Financeiras	38
4.4.	Estudo de Viabilidade Económico-Financeira	39
4.4.1.	Viabilidade, Rendibilidade e Solvabilidade	39
4.4.2.	Risco	41
4.4.3.	Sensibilidade	42
4.5.	Impacto do Projeto	44
5.	Conclusão	46
	Referências	49
	ANEXOS	52
	Anexo 1 - Ligação entre as etapas de um Projeto de Investimento e a Fase de Candidatura de uma Operação com Financiamento Comunitário	53
	Anexo 2 – Demonstrações de Resultados Históricas	54
	Anexo 3 – Balanços Históricos	55
	Anexo 4 – Indicadores Económico-Financeiros Históricos	57
	Anexo 5 - Demonstrações de resultados projetadas para o período 2020-2026 a partir do histórico	58
	Anexo 6 – Plano Global de Investimento e Plano por rubricas	59
	Anexo 7 – Plano de Financiamento	61
	Anexo 8 - Rendimentos	62
	Anexo 9 - Gastos	64
	Anexo 10 – Mapas Financeiros da empresa com projeto	73
	Anexo 11 – Demonstrações de resultados previsionais (empresa com projeto)	81
	Anexo 12 – Balanços previsionais (empresa com projeto)	83
	Anexo 13 – Indicadores de Análise	85
	Anexo 14 – Demonstração de Resultados Previsional do projeto	90
	Anexo 15 – Análise de Sensibilidade	92

Índice de figuras

Figura 1 - Fases de uma Operação com apoios comunitários	12
Figura 2 - Fluxograma das principais etapas de um projeto de investimento	20
Figura 3 - Análise SWOT	22

Índice de tabelas

Tabela 1 - Organização dos Programas Operacionais no Portugal 2020	7
Tabela 2 - Memória Descritiva do formulário de candidatura	13
Tabela 3 - Critérios para o Mérito do Projeto	15
Tabela 4 - Projeção do histórico	34
Tabela 5 - Taxas de Crescimento do Volume de Negócios	37
Tabela 6 - Pressupostos para os Gastos	38
Tabela 7 - Pressupostos para o CAPM	41
Tabela 8 – Quadro-resumo da análise de sensibilidade	43
Tabela 9 – Indicadores previsionais (da empresa sem o projeto)	45
Tabela 10 – Indicadores previsionais (do projeto)	45

Lista de siglas

AAC	-	Aviso de Abertura do Concurso
ADC	-	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
AF	-	Autonomia Financeira
CAE	-	Código de Atividade Económica
CAPM	-	<i>Capital Asset Pricing Model</i>
Centro 2020	-	Programa Operacional Centro 2020
CF	-	<i>Cash-Flow</i>
CMVMC	-	Custo com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
CP	-	Capitais Próprios
DE	-	Despesa Elegível
DF	-	Demonstrações Financeiras
DR	-	Demonstrações de Resultados
EBE	-	Excedente Bruto de Exploração
FCP	-	Financiamento por Capitais Próprios
FEDER	-	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FM	-	Fundo de Maneio
FSE	-	Fornecimentos e Serviços Externos
GAC	-	Grau de Alavanca Combinada
GAF	-	Grau de Alavanca Financeiro
GAO	-	Grau de Alavanca Operacional
IES	-	Informação Empresarial Simplificada
MLL	-	Meios Libertos Líquidos
MP	-	Mérito do Projeto
MS	-	Margem de Segurança
NFM	-	Necessidades em Fundo de Maneio
OCDE	-	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAPN	-	Programa de Apoio à Produção Nacional
PCV	-	Ponto Crítico das Vendas
PME	-	Pequenas e Médias Empresas
PRR	-	Programa de Recuperação e Resiliência

PTA-Fatura	-	Pagamento a Título de Adiantamento contra Fatura
PTA-TA	-	Pagamento a Título de Adiantamento contra Termo de Aceitação
PTRF	-	Pagamento a título de Reembolso Final
PTRI	-	Pagamento a título de Reembolso Intercalar
RAI	-	Resultados Antes de Impostos
RAT	-	Rendibilidade do Ativo
RCP	-	Rendibilidade dos Capitais Próprios
RL	-	Resultado Líquido
RO	-	Resultado Operacional
ROA	-	Rendibilidade Operacional do Ativo
SWOT	-	<i>Strenghts</i> (Pontos Fortes), <i>Weaknesses</i> (Pontos Fracos), <i>Opportunities</i> (Oportunidades) e <i>Threats</i> (Ameaças)
TA	-	Termo de Aceitação
TIR	-	Taxa Interna de Rendibilidade
UE	-	União Europeia
VAB	-	Valor Atual Bruto
VAL	-	Valor Atual Líquido
VBP	-	Valor Bruto de Produção
VN	-	Volume de Negócios

1. Introdução

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2000), as Pequenas e Médias Empresas (PME) constituem a maior parte da economia europeia, sendo responsáveis por uma grande parte dos postos de trabalho. Estas “são importantes motores de crescimento nas economias modernas pois elas são responsáveis por diversos fatores positivos, como aumentar a competitividade das nações globalmente, atuar como incubadoras de inovação e fornecer produtos e serviços às populações enquanto criam postos de trabalho no processo, gerando assim um melhor nível de vida” (Papel, 2015, p. 1).

A globalização, juntamente com as novas tecnologias, diminui a importância das economias de escala, enquanto aumentam o potencial das pequenas empresas (OCDE, 2000, p. 1). No entanto, a globalização e generalização da tecnologia intensifica os muitos problemas que as PME têm de enfrentar, como a “falta de financiamento, dificuldades na exploração de tecnologia, capacidades de gestão restritas, baixa produtividade, [e] encargos regulatórios” (OCDE, 2000, p. 1). Dos problemas vividos por estas empresas, nasce a necessidade de intervenção dos governos na implementação de políticas que tenham atenção a fatores regionais, que contribuam para o dinamismo das empresas e dos empreendedores e que facilitem o acesso a financiamento, visto que é essencial garantir o contínuo acesso aos créditos para que aumentem os níveis de empreendedorismo e para que a economia continue dinâmica (OCDE, 2000, p. 4). Aqui reside uma parte da importância da União Europeia (UE) e dos fundos comunitários disponibilizados.

A UE é, atualmente, uma organização que, através dos seus domínios de intervenção, contribui para a paz, estabilidade e prosperidade (União Europeia, 2020). “Fundam-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem” (Comissão Europeia¹). No entanto, apesar de toda a estrutura de suporte da União, os países não se desenvolvem todos da mesma forma nem à mesma velocidade. Portugal é um dos países que tem menos capacidade de adaptação e pior prestação em termos de produtividade. Existem demasiados e significativos

¹ Website da Comissão Europeia: <https://op.europa.eu/webpub/com/eu-what-it-is/pt/#chapter0>

desequilíbrios estruturais e territoriais, quer a nível da “competitividade e produtividade do tecido económico e da generalidade dos agentes produtivos” (Portugal 2020, 2014, p. 1), quer a nível do crescimento e do desenvolvimento” (Portugal 2020, 2014, p. 1).

Para enfrentar estes desequilíbrios e incoerências pela Europa, a UE disponibiliza recursos financeiros dos Fundos Estruturais com o “objetivo comum de promover uma maior coesão económica e social entre as regiões e estados-membros do espaço europeu” (Pires, 2017, p. 20), e que se destinam a financiar investimentos e a auxiliar empresas ou o desenvolvimento de ambientes empresariais (Tokila et al., 2008). Os apoios comunitários são, então, fundamentados pela existência de falhas de mercado, como assimetrias de informação, bens públicos, mercados incompletos, externalidades, falhas na competitividade empresarial e distúrbios macroeconómicos, visto que impossibilitam o acesso ao crédito a várias empresas, mesmo que as suas oportunidades de investimento sejam lucrativas, principalmente se se tratar de pequenas empresas (Tokila et al., 2008).

Segundo Hunter e Kazakoff (2012, p.3), não existe uma definição única de “pequena empresa”. Os diferentes conceitos que existem variam consoante a medida utilizada (ativos totais, vendas totais, receitas anuais, ou número de colaboradores). A definição europeia determina os limiares para que uma empresa seja considerada PME dentro da UE: microempresas têm até 10 colaboradores efetivos e um volume de negócios anual ou balanço total anual igual ou inferior a 2 milhões de euros, pequenas empresas têm até 50 colaboradores efetivos e volume de negócios anual ou balanço total anual igual ou inferior a 10 milhões de euros, e médias empresas empregam até 250 colaboradores efetivos e têm um volume de negócios anual igual ou inferior a 50 milhões de euros ou um balanço total anual igual ou inferior a 43 milhões de euros (Comissão Europeia, 2020).

As privações que Tokila et al. (2008) referem levam à falência de metade das empresas *start-ups* em menos de cinco anos e ao conseqüente aumento do desemprego, gerando desigualdades económicas, sociais e territoriais num determinado país. “O investimento é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento económico” (Megre, 2018, p. 11), mas a sua necessidade está geralmente associada à escassez de recursos, nomeadamente materiais, humanos e financeiros. Daí, em todo o mundo, os apoios comunitários serem considerados como instrumentos-chave na economia. A sua atribuição permite que investimentos sejam feitos, contribuindo para a formação de novas empresas, implementação de novas ideias, desenvolvimento de novos produtos, aumento da

competitividade, criação de empregos e, conseqüentemente, diminuição do desemprego (Tokila et. al., 2008; OCDE, 2000; Megre, 2018). Salienta-se que deve sempre ser levada a cabo uma cuidada e rigorosa análise económica, de forma a obter o máximo retorno, tanto a nível económico como a nível social, utilizando o mínimo de recursos disponíveis (Megre, 2018, p. 11). A referida análise materializa-se através de um projeto de investimento, visto que consiste no estudo de uma hipótese de aplicação de recursos limitados, com o intuito de maximizar o desenvolvimento e desempenho de uma empresa com a utilização de recursos no mínimo possível (Megre, 2018; Nunes, 2016; Abecassis & Cabral, 2000). Como referido anteriormente, a UE disponibiliza fundos comunitários de apoio ao investimento empresarial, não obstante esta atribuição ser feita apenas perante uma longa e rigorosa avaliação, por vezes mistificada por quem não está por dentro do processo.

O presente trabalho pretende analisar o impacto que os incentivos comunitários têm na situação económico-financeira de uma PME, através de um caso de estudo real. O presente relatório está organizado de forma que seja possível, em primeira instância, compreender o que são os fundos comunitários e desmistificar todo o processo, e, em segunda instância, ter uma melhor perceção do que implica executar uma operação financiada, mas também das suas vantagens para a empresa.

O presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma. O capítulo de revisão de literatura começa por explicitar a estrutura principal do Portugal 2020 (Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia, para o período 2014 e 2020) e as linhas principais do Portugal 2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com especial foco no Programa de Apoio à Produção Nacional (PAPN), sistema de incentivos em destaque. De seguida, são demonstradas as fases por que passa uma operação financiada com apoios comunitários, fazendo com que esta secção constitua, por si só, um guião de como aceder aos fundos comunitários, complementado por algumas especificidades a ter em consideração na gestão um projeto financiado através dos fundos comunitários. É ainda feita uma breve revisão sobre os principais conceitos e componentes presentes num Projeto de Investimento e no Estudo de Viabilidade Económico-Financeira.

O 3º capítulo divide-se em 2 partes: o estágio curricular e o projeto de investimento que constitui o caso de estudo. As secções sobre o estágio curricular concentram-se na empresa acolhedora, no seu método de trabalho e no desenvolvimento do estágio. As secções sobre o caso de estudo fazem um enquadramento da empresa em análise e desenvolvem o

projeto de investimento, terminando este ponto com a sua análise. O trabalho termina com as principais conclusões.

2. Revisão da literatura

2.1. Enquadramento

De acordo com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC)², em 2010 a Europa enfrentava um contexto económico recessivo, verificando-se igualmente um agravamento das condições sociais, devido à crise que, entretanto, abalou o mundo e prejudicou anos de progresso económico e social (Compete2020, 2010). Para confrontar esta realidade, a Comissão Europeia propõe um novo plano coletivo, com vista a permitir a saída da crise, o aumento do emprego, a produtividade e a coesão social.

A Estratégia Europa 2020 foi projetada para o espaço de uma década e tinha em vista um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, que teria de ser adaptado por cada Estado-Membro de acordo com as suas especificidades (ADC; Compete2020, 2010). O seu principal instrumento da política de investimento é o Fundo Europeu Estrutural e de Investimento (FEEI), através do qual já distribuiu vários milhares de milhões de euros (Comissão Europeia³), e que se subdivide em cinco fundos: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo de Coesão, Fundo Social Europeu (FSE), Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pescas (FEAMP), ajustando então o programa Europa 2020 às especificidades de cada Estado-Membro, surge o Portugal 2020.

2.2. Portugal 2020

O Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia, para o período 2014-2020, inclui os princípios e objetivos da Estratégia Europa 2020 e os compromissos do Plano Nacional de Reformas (PNR) (Portugal2020, 2014), e, através da libertação de fundos comunitários, incumbe-se de concretizar os objetivos estratégicos nacionais (ADC²). “A programação do Portugal 2020 reflete estas preocupações e foi estruturada de forma a dar

² Website da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.: <https://www.adcoesao.pt/en/node/687>

³ Website da Comissão Europeia: https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/what/investment-policy/esif-contribution/

continuidade ao ajustamento em matéria de crescimento económico e emprego” (ADC²), visando ainda quatro objetivos essenciais: “a simplificação do modelo de governação, (...) a orientação para resultados, (...) o estabelecimento de regras comuns para o financiamento, (...), a simplificação do acesso dos beneficiários ao financiamento e a redução dos respetivos custos administrativos” (Portugal 2020, 2014).

Este Acordo não é apenas a conjugação dos objetivos europeus com os nacionais. É “a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial necessária para apoiar, estimular e assegurar um novo ciclo nacional de crescimento e de criação de emprego” (Portugal 2020, 2014, p. 1). O Programa Portugal 2020, sendo muito orientado para os resultados, define que tipo de intervenções devem ser feitas, as políticas a adotar, os meios a utilizar, os valores a investir e os investimentos prioritários para garantir um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, capaz de reverter as consequências significativamente negativas causadas pela crise financeira e económica de 2008 (Portugal 2020, 2014).

O programa foi organizado em quatro domínios temáticos: competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos; “considerando também os domínios transversais relativos à reforma da Administração Pública e à territorialização das intervenções” (Portugal 2020, 2014, p. 1). Para cada um destes domínios foram analisadas as principais potencialidades e constrangimentos de forma a definir as prioridades de intervenção e os instrumentos de política pública a utilizar, sendo então criados os Programas Operacionais (Portugal 2020, 2014). Note-se, antes de mais, que o país foi dividido em sete regiões devido à sua classificação em termos de elegibilidade: as regiões Norte, Centro, Alentejo e Açores são regiões menos desenvolvidas, o Algarve encontra-se em fase de transição e Lisboa e a Madeira são regiões mais desenvolvidas. Esta diferenciação permite a aplicação de diferentes taxas de cofinanciamento, dependendo da zona onde está inserida a empresa ou onde será implementado o projeto (Caixa Geral de Depósitos⁴).

Neste sentido, Portugal 2020 é constituído por quatro Programas Operacionais Temáticos no Continente, sete Programas Operacionais Regionais, três Programas de Desenvolvimento Rural, um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das

⁴ Website da Caixa Geral de Depósitos: https://www.cgd.pt/Site/Saldo-Positivo/guias-e-infografias/PublishingImages/guia_portugal-2020-2.pdf

Pescas, um Programa de Assistência Técnica, nove Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia, um Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais carenciadas e uma Iniciativa Portugal Inovação Social, conforme se pode ver na Tabela 1.

Tabela 1 - Organização dos Programas Operacionais no Portugal 2020

Programas Operacionais Temáticos no Continente	Compete 2020	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
	POISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
	POCH	Programa Operacional Capital Humano
	POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no uso de Recursos
Programas Operacionais Regionais	Norte 2020	Programa Operacional Norte 2020
	Centro 2020	Programa Operacional Centro 2020
	Lisboa 2020	Programa Operacional Lisboa 2020
	Alentejo 2020	Programa Operacional Alentejo 2020
	Cresc Algarve 2020	Programa Operacional Cresc Algarve 2020
	Açores 2020	Programa Operacional Açores 2020
	Madeira 14-20	Programa Operacional 14-20
Programa de Desenvolvimento Rural	PDR 2020	Programa de Desenvolvimento Rural do continente
	PRORURAL+	Programa de Desenvolvimento Rural da R. A. Açores
	PRODERAM 2020	Programa de Desenvolvimento Rural da R. A. Madeira 2014-2020
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	Mar 2020	Programa Operacional Mar 2020
Programa Operacional de Assistência Técnica	POAT 2020	
Programas operacionais de Cooperação Territorial Europeia	POCTEP	Programa Operacional Transfronteiriço Espanha-Portugal
	MAC 2014-2020	Programa Operacional Transnacional Madeira-Açores-Canárias
		Programa Operacional Transnacional Espaço Atlântico 2014-2020
	SUDOE	Programa Operacional Transnacional Sudoeste Europeu
	MED	Programa Operacional Transnacional Mediterrâneo
	Interreg Europe	Programa Operacional Inter-regional
	ESPON 2020	
	Programa URBACT	
	Programa INTERACT	
Outros Programas	PO APMC	Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais carenciadas
	Portugal Inovação Social	Iniciativa Portugal Inovação Social

Fonte: Portugal 2020⁵

⁵ Website do Portugal 2020: <https://www.portugal2020.pt/content/programas-operacionais>

2.3. Portugal 2030 e PRR

Terminado o Portugal 2020 e num contexto de crise, provocada por um cenário pandémico e por um cenário bélico, a próxima década é fundamental para Portugal se reconstruir e fortalecer. Para tal, é importante que haja um “reconhecimento estratégico das oportunidades latentes nas adversidades, valorizando de forma sustentável as potencialidades do nosso território” (XXII Governo da República Portuguesa, 2020, p. 4).

Na mudança da década iniciou-se, então, a implementação da Estratégia Portugal 2030, que tem como objetivos a recuperação da economia, a proteção do emprego e a convergência com a UE, assegurando uma maior resiliência e coesão, social e territorial (Resolução do Conselho de Ministros nº 98/2020, 2020). Esta visão constitui um referencial estratégico para o Acordo de Parceria para o ciclo de programação 2021-2027. Operacionalmente, este é estruturado em três programas: Demografia e Inclusão, Inovação e Transição Digital, e Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos. Em articulação, será também implementado o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) (Resolução do Conselho de Ministros nº 97/2020, 2020). Estes dois documentos, que decorrerão em simultâneo, constituem o novo Quadro Financeiro Plurianual para o período 2021-2027.

O PRR, desenhado a partir da Visão Estratégica de António Costa Silva (responsável pelo plano de recuperação económica de Portugal após a crise provocada pela pandemia da COVID-19), visa “a transformação da economia portuguesa tornando-a mais sustentável social, ambiental e economicamente, mais resiliente, mais inclusiva, mais eficiente na gestão dos recursos, mais digitalizada, mais inovadora, mais interconectada e capaz de competir à escala europeia e global, com base numa massa crítica equipada para fazer a diferença” (XXII Governo da República Portuguesa, 2020, p. 68). Assim, o PRR está organizado em torno de três dimensões estruturantes (Recuperar Portugal⁶), sendo elas:

- Resiliência: pretende-se a recuperação económica e incremento da capacidade de reagir e superar desafios futuros. Esta dimensão compreende as vertentes social, económica, territorial e do tecido produtivo;
- Transição Climática: promove-se a descarbonização, a eficácia de recursos e utilização de energias renováveis.;

⁶ Website da Estrutura de Missão “Recuperar Portugal”: <https://recuperarportugal.gov.pt/plano-de-recuperacao-e-resiliencia/>

- Transição Digital: pretende-se a digitalização da economia e o aumento das competências digitais e do uso das ferramentas tecnológicas disponíveis.

Para o próximo ciclo de programação, a tutela assume um compromisso de harmonização e simplificação, nunca prescindindo do controlo. Isto contribuirá para a redução dos encargos administrativos e de intermediação para os promotores (Portugal 2020, 2020a; Compete 2020, 2020; Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2020, 2020).

2.4. Programa de Apoio à Produção Nacional

O Programa de Apoio à Produção Nacional (PAPN), é o programa, no âmbito do Portugal 2020, através do qual será financiado o projeto em estudo mais adiante. Para tal, é importante perceber o que define e como funciona.

Foi criado no final do ano 2020, após uma “reprogramação dos fundos da UE” (Portugal 2020, 2020b). Enquadra-se no Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIEE) e é assegurado através do FEDER (Centro 2020, 2021; Portaria n.º 105/2017, 2017). O programa tem como finalidade o “estimulo à produção nacional de base local para a expansão e modernização da produção” (Portal dos Incentivos⁷), e pretende “cofinanciar projetos de micro e pequenas empresas” (Portugal 2020, 2020b), apoiando projetos de investimento de menor dimensão, desde processos de digitalização a aquisição de máquinas essenciais à atividade e à manutenção de postos de emprego, não sendo obrigatória a contratação de mais trabalhadores (Portugal 2020, 2020b; Portal dos Incentivos⁷; Centro 2020, 2021, Portaria n.º 105/2017 (artigo 6.º, alínea c), 2017).

Cada Aviso de Abertura de Concurso (AAC) define os Códigos de Atividade Económica (CAE) e área geográfica elegíveis (Portal dos Incentivos⁷; Centro 2020, 2021). As empresas beneficiárias são alvo de uma análise rigorosa, tendo de se verificar o cumprimento de todos os critérios de elegibilidade.

Exige-se, portanto, a constituição legal com um mínimo de um ano e a regularização da situação perante a Autoridade Tributária, a Segurança Social e os trabalhadores da empresa, assim como em termos de licenciamentos (Portal dos Incentivos⁷). Além disto,

⁷ Website do Portal dos Incentivos: <https://www.portaldosincentivos.pt/index.php/papn>. Acedido a 03 de maio de 2021.

impõem-se a obtenção do Certificado PME, a utilização do sistema de contabilidade exigido por lei, e a apresentação da IES (Informação Empresarial Simplificada) do último exercício económico declarado, demonstrando resultados positivos antes de impostos (Portal dos Incentivos⁷; Decreto-Lei n.º 159/2014, 2014; Portaria n.º 105/2017, 2017). De forma que não haja duplo financiamento do projeto, não é permitida a apresentação da candidatura, se a mesma estiver sob processo de decisão, no âmbito de outro concurso ou do mesmo, ou se estiver sob processo cuja decisão tenha sido favorável ao financiamento.

Em termos financeiros, o promotor deve ter um grau de Autonomia Financeira (AF) no pré-projeto⁸ igual ou superior a 15% e “assegurar as fontes de financiamento do projeto com um mínimo de 10% de capitais próprios”, e não deve deter ou ter detido, nem nenhum familiar em 1º grau, 50% ou mais de capital de “empresa que não tenha cumprido notificação para devolução de apoios no âmbito de uma operação apoiada por fundos europeus” (Portal dos Incentivos⁷; Decreto-Lei n.º 159/2014; Portaria n.º 105/2017). A demonstração da capacidade de financiamento com capitais próprios deve ser feita através do seguinte rácio:

$$FCP = \frac{CP_p}{DE_p} \times 100$$

Onde *FCP* significa Financiamento por Capitais Próprios, *CP_p* significa Capital próprio do projeto, incluindo novas entradas de capital, desde que sejam incorporados em capital próprio até à conclusão material e financeira do projeto, e *DE_p* representa o montante de despesa elegível do projeto. Note-se, ainda, que, para o cálculo, os capitais próprios “podem ser substituídos pelo montante dos resultados líquidos gerados pela empresa e retidos durante o período de realização do projeto” (Centro 2020, Anexo F, 2021).

Salienta-se que o PAPN se destina a promover a expansão e modernização da produção nacional, por conseguinte, cobre custos associados essencialmente à atividade produtiva da empresa, tais como a aquisição de máquinas e equipamentos, incluindo equipamentos informáticos e os softwares necessários, a criação de marcas próprias, a domiciliação de aplicações ou plataformas eletrónicas, publicação de conteúdos eletrónicos, ou inclusão em motores de busca. Similarmente, é financiado material circulante, estudos diagnósticos, auditorias, planos de marketing, serviços tecnológicos, de qualidade e de certificação, bem como obras de remodelação ou adaptação, até aos limites aplicáveis no

⁸ Segundo a Portaria n.º 57-A/2015, pré-projeto “corresponde ao ano anterior ao da apresentação da candidatura” (artigo 2º).

âmbito da legislação em vigor e desde que não sejam contratadas a terceiros relacionados com o promotor (Portal dos Incentivos⁷).

O investimento elegível a apresentar deve ser entre 20 mil euros e 235 mil euros, devendo ser realizado num período máximo de 12 meses, com possibilidade de prorrogação do prazo por seis meses, sob autorização da Autoridade de Gestão⁹ (Portal dos Incentivos⁷; Centro 2020, 2021).

É de realçar que o incentivo assume a forma não reembolsável, apoiando 30% do investimento total, ou 40% se for localizado em território do interior¹⁰. A taxa referida pode ainda ser majorada, se o projeto for enquadrado nas seguintes prioridades, cada uma valendo 10 pontos percentuais: transição digital, economia circular, estratégias de eficiência coletiva, produtos turísticos integrados de base municipal; e diáspora, com 5 pontos percentuais. O enquadramento nas prioridades deve ser justificado, e a majoração não pode ultrapassar os 20 pontos percentuais (Portal dos Incentivos⁷; Centro 2020, 2021).

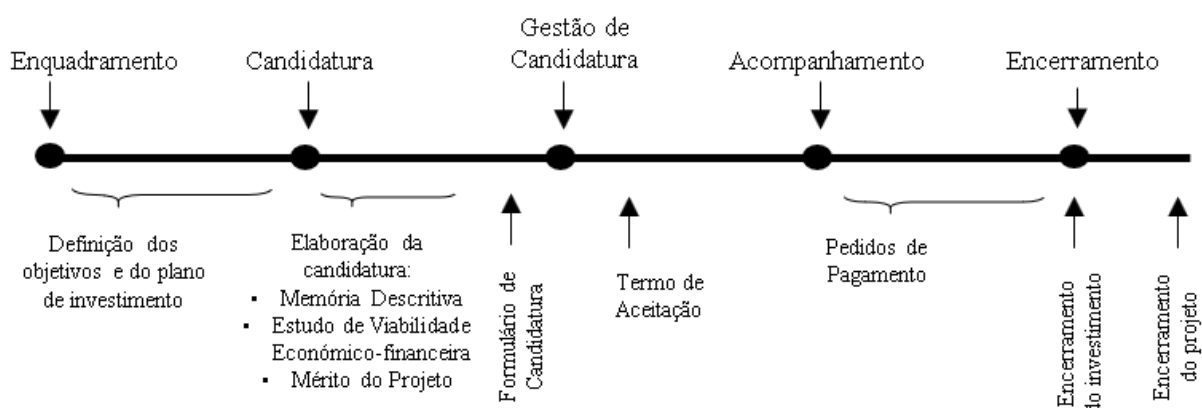
2.5. Fases da Operação

Uma operação financiada com fundos comunitários passa por diversas fases, que se destinam não só a encontrar o Sistema de Incentivos em que o projeto pretendido melhor se enquadra, como também a garantir que todas as exigências dos legisladores são cumpridas e que o projeto apresenta viabilidade económico-financeira que justifique todo o esforço feito pelas entidades envolvidas. Com base no estágio realizado, e na experiência e forma de trabalho da empresa onde este se desenvolveu (LUMO – Consultoria de Gestão, Lda.), foram identificadas cinco fases distintas e sequenciais de uma operação com apoios comunitários: Enquadramento, Candidatura, Gestão da Candidatura, Acompanhamento e Encerramento, tal como mostra a figura 1. As subsecções seguintes destinam-se a explicitar cada uma das fases, subfases e momentos chave, constituindo, por si só, um guião muito resumido de como aceder, gerir e encerrar um projeto financiado por fundos comunitários.

⁹ De acordo com o Decreto-Lei nº 137/2014, “Autoridade de Gestão é a entidade responsável pela gestão, acompanhamento e execução do respetivo PO ou PDR” (artigo 19.º), e podem delegar funções de gestão a entidades, públicas ou privadas, “que assegurem condições para melhorar os níveis de eficácia e de eficiência” (artigo 36.º) e se assumem como Organismos Intermédios.

¹⁰ De acordo com o AAC, entende-se por territórios do interior “os territórios de baixa densidade definidos pela CIC Portugal 2020” (Centro 2020, 2021)

Figura 1 - Fases de uma Operação com apoios comunitários



Fonte: Elaboração própria (2021)

2.5.1. Enquadramento

Na fase do Enquadramento, é essencial a clara identificação do beneficiário, da atividade que este exerce, dos seus objetivos e do tipo de investimento que pretende fazer, para que possa ser feito o correto enquadramento legal nos Sistemas de Incentivo. É também importante a aferição da elegibilidade da operação e do beneficiário, de acordo com a legislação em vigor no âmbito do Sistema de Incentivo em causa.

Neste primeiro momento é, ainda, analisado e definido o plano de investimento, que deve ser coerente com os objetivos da empresa, já que serve de orientação para todo o projeto e permite a simulação do valor do incentivo previsto.

2.5.2. Candidatura

Na segunda fase há lugar ao preenchimento de um formulário eletrónico de candidatura, que deve ser preenchido através do website do Balcão 2020. Neste formulário deve ficar comprovado que são cumpridos todos os requisitos de elegibilidade do beneficiário e do projeto (no caso do projeto em análise, são os critérios de elegibilidade previstos no Decreto-Lei n.º 159/2014 e na Portaria n.º 105/2017 e mencionados na subsecção 2.4), e devem, ainda, ficar sustentadas todas as informações sobre a empresa e sobre o projeto de investimento. É com base nestas informações que a candidatura é avaliada.

Sendo o programa Portugal 2020 orientado essencialmente para os objetivos e resultados, a avaliação é fulcral pois vai determinar a decisão final.

Assim sendo, pode-se dizer que o formulário está dividido em três âmbitos: Memória descritiva, que caracteriza a empresa e fundamenta as medidas a implementar, o Estudo de Viabilidade Económico-financeira, que lança as projeções da empresa com o projeto, e o Mérito de Projeto, que calcula a valoração da operação, sumariados de seguida.

- Memória Descritiva

Na memória descritiva começa-se por caracterizar o beneficiário. Ao analisar a realidade da empresa e os seus objetivos, é possível traçar a estratégia que melhor se adequa ao caso em análise, bem como otimizar a utilização de recursos. De seguida, define-se o projeto, os objetivos a atingir, os investimentos a levar a cabo, e prevê-se o possível impacto na empresa. A tabela 2 explicita os campos de preenchimento em cada uma das áreas referidas.

Tabela 2 - Memória Descritiva do formulário de candidatura

Campos de preenchimento		
Caracterização do Beneficiário	Sócios e Constituição do Capital Social	
	Evolução da entidade Promotora	
	Identificação dos produtos/ serviços	
	Processo Produtivo (Atual e futuro)	
	Passado e projetos futuros	
	Visão, Missão e objetivos Estratégicos	
	Análise Interna	Áreas de competitividade críticas
		Posicionamento na cadeia de valor
		Análise SWOT
	Análise da Concorrência	Análise SWOT dinâmica
		Posição da empresa perante desafios concorrenciais
	Análise de Mercado	Principais Concorrentes
		Mercados mais relevantes para a empresa
	Comercialização e Marketing	Novos mercados e estratégia de captação de mercados
		Ações de comercialização e de marketing
	Vantagens Competitivas da Empresa	Acordos e parceiros (atuais e futuros)
Certificação Atual e Futura		

Dados do Projeto	Tipologia do Sistema de Incentivo e enquadramento
	Descrição do Projeto
	Objetivos do projeto
	Impacto do projeto na competitividade da empresa
	Quadro do investimento
	Descrição técnica do investimento
	Atividades de Inovação (identificação e justificação dos tipos de inovação presentes)
	Estrutura de Financiamento

Fonte: Elaboração própria, tendo por base os formulários de candidatura do Balcão 2020 e documentos internos da LUMO, 2021

- Estudo de Viabilidade Económico-financeira

Na secção do formulário de candidatura referente ao estudo da Viabilidade Económico-financeira, os principais dados a preencher são os seguintes:

- 1) Pressupostos, que justificam os dados previsionais;
- 2) Demonstrações de Resultados e Balanços Históricos;
- 3) Demonstrações de Resultados e Balanços Previsionais;
- 4) Estrutura Financeira;
- 5) Lista de financiamentos/ dívidas.

Mais à frente, serão aprofundados temas relativos ao estudo de viabilidade económico-financeira.

- Mérito do Projeto

Cada projeto é avaliado e pontuado pelo contributo esperado na “concretização dos indicadores de realização e resultado do objetivo específico e da prioridade de investimento”, segundo o artigo 6^a do Decreto-lei n.º 159/2014. Cada Aviso de Abertura de Concurso (AAC) traz a si Anexo os critérios de seleção e a metodologia de avaliação tidos em conta no cálculo do Mérito do Projeto (MP). No concurso considerado para o projeto em estudo, foram aplicadas quatro categorias de critérios, tal como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Critérios para o Mérito do Projeto

Categoria A – Eficácia e impacto em resultados	
Critério A1	Contributo para o alcance dos indicadores de realização e de resultado do CENTRO 2020
Critério A2	Desempenho histórico dos destinatários/ beneficiários
Categoria B – Eficiência, qualidade e inovação	
Critério B1	Relevância, exequibilidade e racionalidade do plano de negócios do projeto apresentado
Critério B2	Grau de inovação e diferenciação do projeto
Critério B3	Sustentabilidade prevista para o projeto após o período de financiamento
Categoria D – Abrangência e transversalidade	
Critério D1	Articulação com Pactos Territoriais (EIDT – Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial)
Critério D2	Contributo para a Estratégia Regional de Especialização Inteligente
Categoria E – Igualdade de oportunidades e de género	
Critério E1	Existência de mecanismos que possibilitem a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de oportunidades e igualdade de género, nomeadamente quanto à prioridade ao sexo sub-representado na respetiva área profissional

Fonte: Aviso de Abertura de Concurso, nº CENTRO-D7-2021-07, Anexo B, 2021

A categoria A é concentrada na eficácia e no impacto em resultados. Avalia o grau de contribuição do projeto para os objetivos, não só do programa operacional onde se insere, mas também dos programas Portugal 2020 e Estratégia Europa 2020. O critério A2 dedica-se à análise do desempenho histórico como meio para a averiguação do potencial do projeto e estabelecimento de pressupostos e metas, no entanto, não é aplicável neste AAC e, por conseguinte, recebe a ponderação de 0% no cálculo do MP.

A categoria B dedica-se à eficiência, qualidade e inovação. Ou seja, é apreciada a sustentabilidade económica e a gestão inteligente dos apoios recebidos, que mostra racionalidade na utilização dos recursos da operação e uma adequação entre o esforço do financiamento e os resultados esperados. As categorias A e B representam uma ponderação superior a 50%, que valorizam os resultados e a qualidade/inovação.

A categoria D está relacionada com a abrangência e com a transversalidade, avaliando a relação da candidatura com outras tipologias apoiadas e com a cobertura territorial.

A categoria E está ligada à igualdade de oportunidades e de género. Apura que mecanismos existem de forma a garantir a igualdade de oportunidade e de género “no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho” (Centro 2020 (Anexo B) 2021).

Cada critério é ponderado numa escala de 1 a 5 (com até duas casas decimais), “em que 5 representa uma valoração muito elevada, 4 uma valoração elevada, 3 uma valoração

média, 2 uma valoração reduzida e 1 uma valoração muito reduzida” (Centro 2020 (Anexo B), 2021). As classificações são então ponderadas através da seguinte fórmula:

$$MP = A1 \times 15\% + A2 \times 0\% + B1 \times 5\% + B2 \times 20\% + B3 \times 15\% + D1 \times 30\% \\ + D2 \times 10\% + E1 \times 5\%$$

Depois de analisados os projetos e calculado o MP de cada um, as candidaturas são ordenadas por ordem decrescente, sendo no mesmo instante excluídas todas as que receberam uma pontuação “inferior ao valor mediano da escala de classificação final”, de acordo com o artigo 17º do Decreto-lei nº 159/2014. Para as candidaturas que receberam a mesma valoração, são aplicados os critérios do artigo 11º da Portaria nº 97-A/2015 para desempatar: (a) “a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão”, e (b) “a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções”. Se, ainda assim, continuarem a existir situações de empate, é considerada “a pontuação atribuída aos seguintes critérios e pela seguinte ordem: (1º) Eficácia e impacto em resultados, (2º) Eficiência, qualidade e inovação, e (3º) Abrangência e transversalidade” (Centro 2020 (Anexo B), 2021). Após a hierarquização final, as candidaturas recebem uma decisão favorável até ao limite orçamental estabelecido para o concurso em questão.

2.5.3. Gestão de Candidatura

Durante a fase de Gestão da candidatura, é feito o acompanhamento da mesma junto do Organismo Intermédio e da Autoridade de Gestão, de forma a dar resposta a todos os pedidos de elementos. Devem, também, ser analisadas as regras de publicitação e de contabilização das despesas.

Aquando da decisão favorável da candidatura, é necessário proceder a contratualização de todas as condições, através do Termo de Aceitação (TA), nos termos do artigo 10º da Portaria n.º 97-A/2015. Este é um contrato que formaliza a decisão de aprovação da concessão do incentivo do projeto, de quem é a competência de avaliação e de quem é a competência de acompanhamento do investimento.

O TA define também os seguintes pontos:

- 1) Valor do investimento elegível global;
- 2) Valor do incentivo atribuído ao beneficiário e a sua forma;
- 3) Período de execução do investimento;
- 4) Condições à decisão favorável (se existentes);
- 5) Indicadores de resultado (para efeito de avaliação no pós-projeto);
- 6) Condições de pagamentos;
- 7) Condições para atribuição definitiva do Incentivo (não) reembolsável;
- 8) Obrigações do beneficiário;
- 9) Condições de alteração do projeto;
- 10) Condições de redução/devolução do incentivo;
- 11) Encargos com o Contrato.

2.5.4. Acompanhamento

Durante a realização do investimento prevê-se um controlo económico-financeiro, analisando constantemente possíveis desvios e como os solucionar, e do grau de execução do projeto. De forma a auxiliar a empresa beneficiária durante a execução do projeto, são também solicitados, nesta fase, pagamentos de incentivo, que podem assumir a forma de adiantamento ou de reembolso. De acordo com o Despacho n.º 10548-B/2017, são aplicáveis as seguintes modalidades de pedidos de pagamento:

- Pagamento a Título de Adiantamento contra Termo de Aceitação (PTA-TA):

O PTA-TA surge no seguimento do Termo de Aceitação, e corresponde a um adiantamento no valor de 15% do montante do financiamento aprovado “sem a correspondente contrapartida de despesa de investimento realizada” (Despacho n 10548-B/2017). Está dependente do cumprimento cumulativo das “seguintes condições: (a) submissão do termo de aceitação da decisão de aprovação; (b) verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social; (c) Comunicação do início ou reinício da operação [na plataforma Balcão 2020]” (Portaria nº 97-A/2015). O beneficiário, optando pelo PTA-TA, fica “impedido de

recorrer ao PTA-Fatura até à comprovação da totalidade do PTA-TA” (Despacho nº 10548-B/2017).

- Pagamento a Título de Adiantamento contra Fatura (PTA-Fatura):

Tal como o nome indica, o PTA-Fatura solicita uma parte do incentivo para fazer face a “despesas de investimento elegíveis faturas e não liquidadas” (Despacho n 10548-B/2017). O processamento de um PTA-Fatura pressupõe a demonstração da regularização das faturas alvo de PTA-Fatura anteriores, e não pode ser superior a 10% do investimento elegível total (Despacho nº 10548-B/2017).

- Pagamento a Título de Reembolso (PTR):

Um PTR pode ser Intercalar (PTRI) ou Final (PTRF), sendo, em ambas as situações, necessária a apresentação dos documentos de despesa, assim como o comprovativo de pagamento e de contabilização. Segundo o Despacho nº 10548-B/2017, o PTRI “não pode ser inferior a 10% do investimento elegível total”, e “a soma de todos os pagamentos não poderá ultrapassar 95% do financiamento total aprovado”. “O PTRF deve ser solicitado pelo beneficiário no prazo máximo de 90 dias após a data de conclusão de projeto” (Despacho 10548-B/2017), sendo imprescindível, para o seu processamento, a apresentação do relatório final da operação e “a comprovação do cumprimento das condicionantes e obrigações do beneficiário” (Despacho nº 10548-B/2017). Note-se, ainda, que, de acordo com o artigo 63º da Portaria nº 97-A/2015, “considera-se que a data de conclusão da operação ocorre quando todos os trabalhos se encontrem terminados e entregues ao beneficiário e seja comprovada a respetiva funcionalidade”.

2.5.5. Encerramento

Na última fase do projeto, deve ser apresentado o relatório final da operação, que deve conter elementos informativos que comprovem a execução e a conclusão do projeto e que permitem “uma adequada avaliação do investimento realizado e dos resultados do mesmo e sua comparação com os que foram fixados na decisão de aprovação da operação”

(Portaria nº 97-A/2015). Esta fase divide-se em dois momentos distintos: o encerramento do investimento, que acontece aquando da conclusão da operação e da formalização do PTRF, e o encerramento do projeto, que acontece dois anos após o encerramento do investimento e que constitui o ano em que o projeto é avaliado, sendo designado por ano pós-projeto.

A avaliação do projeto será, então, feita de acordo com os indicadores de resultado definidos no TA e com os previstos no AAC. O incumprimento dos objetivos ou das obrigações do beneficiário é tido como motivo determinante de redução ou revogação do apoio, bem como “fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações em causa” (Decreto-lei nº 159/2014).

2.6. Projeto

Como visto na subsecção anterior, a elaboração de uma candidatura a apoios comunitários subentende a elaboração de um projeto de investimento e de um estudo de viabilidade-económica.

2.6.1. Projetos de Investimento

O investimento, segundo Megre (2018, p. 14), pode ser definido como “uma aplicação de recursos produtivos escassos, no presente, com a intenção de gerar, no futuro, bens ou serviços equivalentes e um valor acrescido”. Portanto um projeto de investimento, sendo uma proposta de aplicação desses recursos escassos, deve conter toda a informação relevante e ser alvo de uma rigorosa análise, de forma a promover o máximo desenvolvimento com o mínimo de recursos utilizados, destinado a fundamentar uma decisão de investimento (Megre, 2018; Nunes, 2016; Abecassis & Cabral, 2000).

O desenvolvimento de um projeto de investimento, segundo Barros (2014), pode, então, ser processado de acordo com a figura 2, dividindo-se em cinco etapas: Identificação, Preparação, Análise, Decisão, Execução, e Funcionamento e Controlo.

O processo inicia-se com a caracterização da empresa e a identificação da sua posição no mercado atual. A partir da observação da sua realidade, é possível identificar as suas necessidades, limitações e oportunidades, e, só então, formalizar os objetivos a atingir.

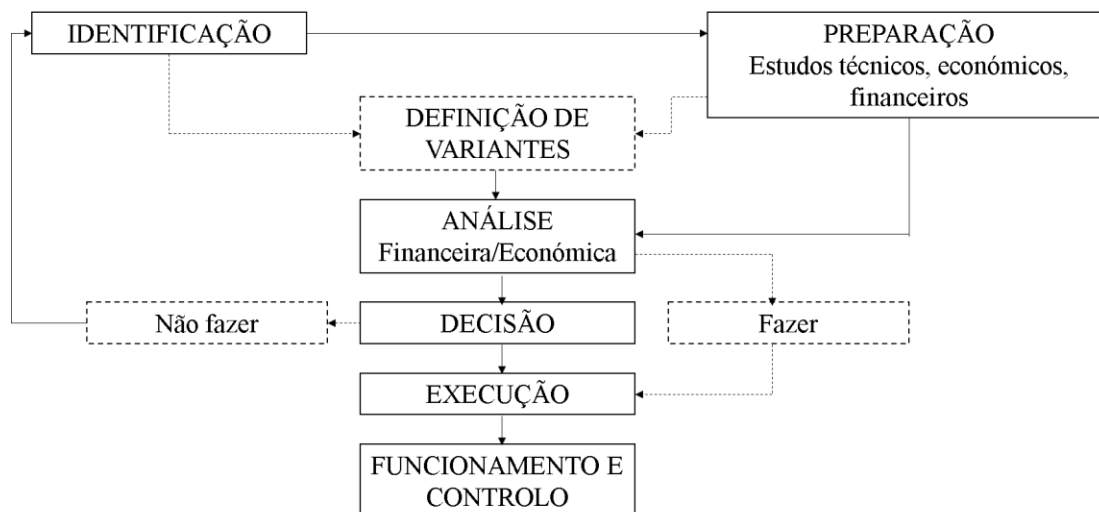


Figura 2 - Fluxograma das principais etapas de um projeto de investimento

Fonte: Barros (2014, p. 18)

Na fase da preparação estão incluídos os estudos técnicos, económicos e financeiros, que pressupõem uma análise interna da empresa, do mercado e da concorrência. Isto vai permitir um enquadramento institucional face ao mercado e à concorrência, possibilitando “a análise e definição das condições de produção para toda a vida do projeto” (Megre, 2018, p. 45) e a escolha de possíveis alternativas ao projeto de investimento, como um todo ou em parte. Para os estudos económicos e financeiros, é crucial a elaboração do plano global de investimento, que lista todos os ativos cuja aquisição é necessária para o desenvolvimento do projeto, do plano de exploração, que indica os pressupostos em que se baseiam os cálculos dos proveitos e custos previstos, e do plano global de financiamento do projeto, que identifica as origens dos fundos que assegurarão o investimento (Nunes, 2016; Barros, 2014).

Na terceira fase prevê-se a “análise da viabilidade económico-financeira do projeto através da utilização de modelos teóricos de apoio à decisão” (Nunes, 2016). Estes modelos devem recair, essencialmente, sobre a rentabilidade, a solvabilidade e o risco. A rentabilidade mede a eficiência da utilização dos ativos e da gestão da operação. A solvabilidade avalia a capacidade de o investimento liquidar as suas dívidas. O risco mede a

probabilidade de ocorrerem alterações nas variáveis que impliquem diminuição da rendibilidade (Nunes, 2016; Barros, 2014; Ross et al., 2010).

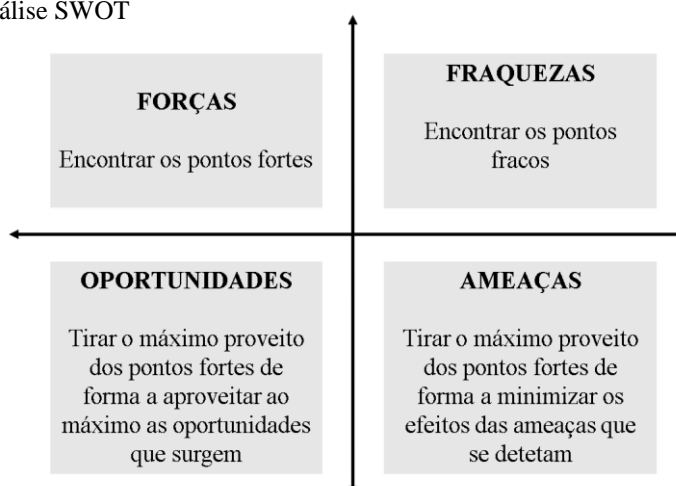
Após a análise, surge a fase da decisão, em que, perante os resultados da fase anterior, os investidores devem decidir entre aceitar ou rejeitar o projeto. Segue-se, então, a fase da execução, onde são implementados todos os investimentos planeados. A última etapa, Funcionamento e Controlo, pressupõe a verificação de prazos, condições e valores, e a constante análise da execução e comparação com o planeado, de forma que seja possível detetar desvios e adotar ações preventivas e corretivas (Nunes, 2016; Barros, 2014).

Tendo em conta as fases de uma operação com auxílios comunitários analisadas no ponto 2.5, nomeadamente a fase de candidatura, foi possível estabelecer uma relação com as três primeiras etapas de um projeto de investimento, tal como mostra o Anexo 1.

2.6.2. Análise interna e externa

De acordo com Teixeira (2013), o planeamento tem por objeto a análise e definição do que deve, e como deve ser feito, de forma antecipada. O nível estratégico, acima de tudo, assume um papel fundamental, principalmente num cenário de elaboração e avaliação de projetos de investimento, já que permite antecipar a evolução da empresa no futuro, implicando significativos montantes dos recursos disponíveis (Teixeira, 2013). O Planeamento estratégico é então iniciado pela definição da missão da empresa, seguindo-se a análise, tanto interna como externa, da empresa. Uma forma de proceder a esta avaliação é através da análise das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (SWOT) das empresas (figura 3) que tem como objetivo identificar os pontos fortes e fracos internos e as oportunidades e ameaças provenientes do ambiente externo. Isto permitirá ter uma melhor noção das suas competências internas e do que limita as suas ações, e combiná-las com as suas forças e fraquezas, de forma que a empresa consiga enfrentar a concorrência, aproveitar as oportunidades que surgem e minimizar o impacto das ameaças externas (Sá e Silva & Queirós, 2013; Teixeira, 2013; Benzaghta et al., 2021). Salienta-se que os pontos fortes e fracos são conhecidos apenas através da comparação com a concorrência, e as oportunidades e ameaças só são identificadas através de uma análise de mercado.

Figura 3 - Análise SWOT



Fonte: Sá e Silva & Queirós, 2013, p. 34

A importância da análise SWOT é reforçada pela terceira etapa do planeamento estratégico, apresentada por Teixeira (2013), que consiste na definição dos objetivos a seguir aquando da elaboração de projetos de investimento e planeamento da aplicação dos recursos disponíveis. Os objetivos devem ser definidos tendo por base a informação retirada da análise SWOT, de forma a tirar o máximo partido dos pontos fortes e das oportunidades, eliminar pontos fracos e minimizar o impacto das ameaças (Benzaghta, et al., 2021).

2.6.3. Estudo de Viabilidade Económico-Financeira

O Estudo de Viabilidade a desenvolver divide-se em duas dimensões diferentes, mas interligadas: económica e financeira. “Numa perspetiva económica, [...] a empresa é financeiramente viável quando se encontrar assegurada a sistemática cobertura do custo dos seus capitais” (Menezes, 1991, p. 113).

Na perspetiva financeira, a empresa é viável se conseguir gerar uma tesouraria de exploração positiva e adequada para fazer face às suas obrigações, de forma a não aumentar o seu endividamento e garantir a sua autonomia financeira ao longo do tempo (Menezes, 1991; Jorge, 2014; Fernandes et al., 2022). De acordo com Fernandes et al. (2022, p. 29), o equilíbrio financeiro “está dependente de dois fatores essenciais: por um lado, o grau de cobertura do ativo com capitais próprios, por outro lado, a capacidade da empresa para gerar resultados positivos”. Em subsecções seguintes, refletir-se-á sobre a rendibilidade, solvabilidade, sensibilidade e o risco.

2.6.3.1. Rendibilidade

De acordo com Menezes (1991), o conceito de rendibilidade analisa os resultados obtidos tendo em conta os recursos utilizados, “permitindo avaliar, por um lado, a capacidade da empresa para remunerar os seus investidores e, por outro lado, a eficiência das empresas na formação dos resultados” (Banco de Portugal, 2019, p. 41). O seu estudo é de extrema importância porque todas as decisões económicas têm influência na situação de tesouraria e no nível de rendibilidade de exploração, o que condiciona as decisões financeiras. Além disto, um dos principais objetivos da gestão financeira consiste em maximizar a rendibilidade das aplicações de fundos levadas a cabo pelas empresas (Jorge, 2014; Menezes, 1991).

Um dos principais indicadores utilizados é a Rendibilidade dos Capitais Próprios (RCP), que mede a eficácia com que a empresa utiliza os capitais pertencentes aos sócios e qual o retorno pelos capitais próprios aplicados. Fernandes et al. (2022, p. 206) defendem que “uma situação caracterizada por $R_{CP\text{empresa}} > R_{CP\text{setor}}$ reflete uma melhor capacidade de remuneração dos capitais próprios por parte da empresa face às empresas do setor tornando-a, do ponto de vista do investidor, mais atrativa.”. Os autores salientam, ainda, que o risco oferecido pelas empresas deve ser tido em conta, para que a comparação das rendibilidades seja adequada. Em suma, quanto mais elevado for, mais atraente será a empresa para os investidores e maior a sua capacidade para se autofinanciar. Não obstante, se for demasiado elevado pode significar capitais próprios insuficientes. Para uma melhor análise, com o cálculo da Rendibilidade do Capitais Próprios é importante considerar a rendibilidade do ativo, para relacionar os resultados, com o investimento e com o financiamento.

Em termos de rendibilidade do ativo, existem dois indicadores essenciais: Rendibilidade do Ativo (RAT) e Rendibilidade Operacional do Ativo (ROA).

“A RAT avalia o desempenho dos capitais totais investidos pela empresa, ou seja, das suas aplicações, independentemente das decisões de financiamento.” (Fernandes et al., 2022, p. 205). Assim, quanto mais elevado, maior o valor gerado a partir das aplicações da empresa.

A ROA mede o valor gerado por cada unidade monetária investida, sendo “influenciado pelo nível das vendas e pelos níveis e estruturas do imobilizado de exploração total líquido e do capital circulante de exploração” (Menezes, 1991, p. 59). Assim, deseja-se

que seja o mais elevado possível, o que, conseqüentemente, significa maiores resultados gerados a partir do investimento realizado (Fernandes et. al, 2022).

É possível analisar o efeito financeiro de alavanca comparando o indicador ROA com o custo do capital alheio. Se o ROA for superior, a empresa apresenta uma alavanca financeira positiva. “O recurso a endividamento permite aumentar a rentabilidade do capital próprio” (Fernandes et. al, 2022, p. 211), podendo a empresa aumentar o seu financiamento, sem comprometer os seus níveis de autonomia e de solvabilidade. No entanto, se o ROA foi inferior, então a empresa detém uma alavanca financeira negativa, não sendo aconselhável o aumento do endividamento visto que este diminui a RCP.

É também possível a comparação da ROA com o custo médio do capital total, que permite analisar a criação do valor para o acionista ou detentor do capital próprio da empresa. Se a ROA for superior, significa que a rentabilidade gerada para a atividade da empresa cobre e supera os custos suportados com as fontes de financiamento. Porém, se a ROA for inferior, o efeito do recurso ao endividamento para a rentabilidade dos acionistas é negativo.

Para a análise da contribuição de um projeto de investimento no valor das empresas, devem ser analisados vários indicadores, nomeadamente o Valor Atual Líquido (VAL), a Taxa Interna de Rentabilidade (TIR), o período de recuperação do investimento (PRI, vulgo *payback*) e a taxa de atualização.

O VAL avalia o acréscimo (ou decréscimo) do valor de uma empresa, com a execução de um projeto de investimento. Se positivo, o projeto deve receber um parecer favorável, pois significa que os *cash-flows* (CF) gerados pelo projeto foram suficientes para cobrir o valor investido (Menezes, 1991; Abecassis & Cabral, 2000; Brealey et al., 2011).

A TIR é um critério de decisão do investimento que tende a fornecer a mesma resposta que o VAL (Brealey et al., 2011), e que corresponde à “taxa de juro de atualização que permite igualar o somatório dos *cash-flows* de exploração ao somatório dos investimentos” (Abecassis & Cabral, 2000, p. 73). Ou seja, é a taxa de atualização na qual o VAL é nulo e a decisão de investimento é indiferente. Segundo Abecassis & Cabral (2000), esta taxa, quando comparada com a taxa de juro do financiamento do projeto, permite saber se o projeto tem rentabilidade suficiente para cobrir os capitais utilizados.

O PRI, ou *Payback*, é o critério que indica o tempo necessário para recuperar todo o investimento inicial através dos CF acumulados estimados, sendo que este indicador deve

apresentar um valor inferior à vida útil do projeto, já que assim permite recuperar o investimento dentro da vida útil do projeto.

De acordo com Nunes (2016), “a taxa de atualização representa o custo do capital e o risco associado ao investimento”, ou seja, representa a taxa a que os investidores esperam ser remunerados como compensação pelo risco que assumiram, bem como pelo custo de oportunidade de prescindirem de rendimentos gerados em investimentos alternativos. Portanto, os custos de oportunidade do capital são utilizados a fim de atualizar fluxos financeiros futuros, constituindo a taxa de atualização nos diversos modelos existentes.

2.6.3.2. Análise de Solvabilidade

A Solvabilidade analisa a capacidade de a empresa solver as suas obrigações de médio ou longo prazo. Esta análise é feita através da comparação entre o capital próprio e o capital alheio (Rocha, 2019). Para Fernandes et al. (2022), um rácio de solvabilidade inferior a um significa que o valor do capital próprio não cobre o passivo e pode comprometer o equilíbrio financeiro a médio e longo prazo. Assim, é recomendável que o rácio se mantenha igual ou superior a um, o que significa que o capital detido pelos sócios é suficiente para fazer face aos compromissos assumidos. Hertina et al (2021) consideram que quanto maior o capital alheio, maior o grau de alavancagem e, como se verá mais à frente, maior o risco a que a empresa está sujeita.

2.6.3.3. Análise de Sensibilidade

Se é certa a importância do estudo de todas as decisões económicas e financeiras e a sua influência na rentabilidade da exploração da empresa e do investimento, é incerta a previsão de fluxos de caixa. Através do marketing e de análises de mercado é possível estimar as receitas do novo investimento, no entanto, é impossível prever estes valores sem margem de erro (Brealey et al., 2011). Existem diversas técnicas que permitem minimizar o impacto dos imprevistos, como o método do equivalente certo, as árvores de decisão ou as opções reais. Um dos métodos mais usados é a análise de sensibilidade sobre diversas variáveis.

Esta análise processa-se através do levantamento das variáveis mais relevantes, , considerando cenários otimistas, mais prováveis de ocorrer e pessimistas, para cada uma dessas variáveis, de forma independente (Brealey et al., 2011). Deste modo, é possível averiguar a efeito de cada variação no valor do projeto, assim como concluir até que ponto a rentabilidade do investimento é garantida em cada um dos cenários.

Brealey et al. (2011) deixaram clara a pertinência de uma análise de sensibilidade, mas também deixaram explícitas as suas limitações e inconveniências. A ambiguidade é um dos problemas identificados, pois o que é exatamente uma previsão realista? Não é possível uma igual interpretação do otimismo ou pessimismo por todas as pessoas ou entidades envolvidas. Outra limitação levantada é a possibilidade de as variáveis identificadas serem interdependentes. Por exemplo, a procura pode ser superior ao esperado, fazendo com que o preço unitário seja mais elevado, e vice-versa, ou um aumento não esperado na inflação pode aumentar os custos, aumentando consequentemente os preços de venda. Assim, apesar de importante e essencial num estudo de viabilidade económica, “não se pode esperar muito de uma análise de sensibilidade, variável a variável” (Brealey et al., 2011, p. 223), mas é possível evitar limitações selecionando variáveis independentes ou que não sejam tão sensíveis a acontecimentos do meio envolvente.

2.6.3.4. Risco

Fernandes et al. (2022) consideram que o risco está diretamente associado à incerteza, tanto em termos específicos como em termos sistemáticos. Apesar de o risco específico poder ser mitigado através da diversificação, o risco sistemático está relacionado com o mercado e, portanto, não é controlado pela empresa. Assim, no âmbito empresarial, pode-se dizer que o risco influencia diretamente o custo do capital alheio, pois, devido à falta de controlo sobre o risco sistemático, os acionistas exigem uma remuneração adicional para o capital que investem.

Tendo isto em atenção, tem-se que o risco empresarial é analisado a partir da Demonstração de Resultados e se decompõe em risco económico, risco financeiro e risco global.

2.6.3.4.1. Risco Económico

“Pode-se entender o risco económico como a incerteza inerente à realização e continuidade de resultados operacionais futuros” (Fernandes et al., 2022, p. 238), devido a causas internas ou externas, como sejam questões comerciais, estratégicas ou macroeconómicas. Esta definição vai ao encontro dos argumentos de Hull (2015).

Uma forma de analisar o risco económico é através do Ponto Crítico das Vendas (PCV), que espelha o valor das vendas que cobre os gastos operacionais e que, conseqüentemente, permite atingir um EBIT nulo. Deste modo, o risco económico aumenta diretamente com o valor do PCV, já que implica a necessidade de vender mais, para que o EBIT seja nulo (Fernandes et al., 2022).

Tendo por base o PCV, é possível determinar a Margem de Segurança (MS) que permite avaliar a distância das vendas da empresa face às vendas do PCV. Assim, quanto maior este indicador, menor o risco económico, já que, sendo maior que 0%, significa que as empresas vendem acima do PCV, gerando assim um EBIT positivo.

É ainda de salientar o Grau de Alavanca Operacional (GAO), visto que “assume o impacto nos resultados operacionais de variações nas vendas mantendo tudo o resto inalterado” (Fernandes et al., 2022, p. 242). Assim, com o aumento do GAO, aumenta também o risco económico, pois maior a influência das variações das vendas nos resultados operacionais.

2.6.3.4.2. Risco Financeiro

“O risco financeiro decorre da incerteza associada à capacidade futura para remunerar os capitais próprios em virtude do recurso a financiamento por capitais alheios e à conseqüente assunção de compromissos (...) [com] os juros suportados com a dívida” (Fernandes et al., 2022, p. 244). O Grau de Alavanca Financeiro (GAF) é, portanto, um indicador a ter em conta, visto que “mede a sensibilidade dos resultados líquidos do período face a variações ocorridas nos resultados operacionais” (Fernandes et. al, 2022, p. 244), além de examinar o efeito que o recurso ao endividamento tem na rendibilidade dos capitais próprios. Tem-se então que, quanto maior o recurso a capitais alheios, maior o rácio de gastos de financiamento e maior o GAF, ou seja, maior o risco financeiro.

2.6.3.4.3. Risco Global

O Risco Global decorre da combinação do risco económico com o risco financeiro, permitindo uma visão global da empresa. O Grau de Alavanca Combinada (GAC) resulta da associação do GAO e do GAF, medindo o efeito que uma variação no volume de negócios tem sobre os resultados líquidos do período das empresas. Assim, quanto maior o GAC, maior o risco global a que a empresa está sujeita, podendo o risco estar essencialmente sedimentado no risco operacional, no risco financeiro, ou em ambos.

3. Estágio Curricular

3.1. Entidade Acolhedora

A realização do estágio teve lugar na LUMO – Consultoria de Gestão, Lda, doravante designada apenas por LUMO, uma microempresa que se dedica à atividade de consultoria empresarial focada na gestão de projetos. O elevado rigor e qualidade na prestação dos seus serviços, não só promove a adoção das melhores práticas de gestão das empresas, como também contribui para o seu desenvolvimento sustentado, visando a maximização do retorno sobre o investimento em inovação, internacionalização, marketing e Investigação e Desenvolvimento (I&D) efetuado pelos seus clientes.

A LUMO assumiu a missão de, tendo em conta as necessidades e objetivos de cada cliente, desenvolver serviços e soluções integradas que sejam capazes de responder plena e eficazmente, impulsionando o aumento da competitividade do tecido empresarial nacional. Assim, os serviços que apresenta subdividem-se em cinco áreas de negócio complementares: Capital Humano, Incentivos, Corporate Finance, Marketing & Internacionalização, e Sistemas de Gestão. A área com mais impacto na atividade económica da LUMO é a área dos Incentivos, onde são apoiadas a elaboração e gestão das candidaturas aos Sistemas de Incentivos (SI), e são acompanhados os projetos de investimento até ao seu encerramento, físico e financeiro.

3.2. Desenvolvimento do Estágio

O estágio curricular na LUMO decorreu durante oito meses, e teve como principal foco a área de Incentivos. As tarefas, realizadas no âmbito das várias fases de desenvolvimento do projeto, foram essencialmente as seguintes:

- Análise de planos de investimento;
- Análise de legislação e enquadramento legal de projetos em sistemas de incentivo;
- Análise de Avisos de Abertura de Concursos e simulação do valor do incentivo previsto;
- Análise de Memórias Descritivas, de candidaturas e de Termos de Aceitação;
- Análise de Méritos do Projeto e de pareceres técnicos dos Organismos Intermédios;

- Elaboração de Pedidos de Pagamento de Incentivos;
- Acompanhamento económico-financeiro de desvios e do grau de execução do projeto;
- Elaboração de resposta a pedidos de elementos por parte dos Organismos Intermédios;
- Elaboração de elementos informativos, de forma a cumprir as obrigações de publicitação;
- Análise de desvios globais de execução do projeto;
- Encerramento de investimentos e de projetos.

4. Caso de Estudo

4.1. Caracterização da empresa

O projeto de investimento que será estudado pertence a uma PME, situada na zona centro do país e que tem como principal atividade a fabricação de ferramentas metálicas, intervindo, ainda, nas áreas da automação industrial e dos cunhos e cortantes. Por questões de sigilo, a empresa será, doravante, denominada por ABC, Lda.

Aliando a experiência dos seus fundadores e funcionários com o rigor do processo produtivo, a empresa conseguiu satisfazer as necessidades dos seus clientes e crescer a um ritmo constante ao longo dos seus vários anos de atividade. Mesmo durante a pandemia da Covid-19 que abalou, a nível mundial, todas as atividades económicas, a ABC, Lda conseguiu aumentar o seu volume de negócios em 2020, atingindo uma taxa de exportação de 16% e aproveitando o momento para renovar a sua estratégia empresarial. Novos investimentos humanos, materiais e tecnológicos, conjuntamente com novas abordagens ao mercado e criação de novos negócios, permitiram à empresa a manutenção da competitividade e da sua posição no mercado em que opera.

De acordo com o Relatório & Contas de 2020 da empresa, a mesma mantém, desde a sua criação, um elevado nível de investimento na aquisição de equipamentos para a área produtiva e em software específico, tanto para a área de engenharia como para a de gestão. Desta forma, a empresa mantém um forte e experiente *know-how*, aliado a equipamentos tecnologicamente avançados e a uma organização ágil, e beneficiando de um acesso privilegiado a canais de distribuição e a uma alargada rede de *network* através dos sócios. Salienta-se também os projetos de investimento executados no âmbito do programa Portugal 2020, inseridos nos Sistemas de Incentivo Inovação Produtiva e Internacionalização, que permitiram o aumento da capacidade produtiva, a obtenção de novas tecnologias, a aposta no marketing internacional e a expansão no mercado externo.

4.2. Avaliação do Período Pré-projeto

Como visto em secções anteriores, existem critérios que a empresa tem de cumprir para ser considerada elegível, no âmbito do sistema de incentivos PAPN, nomeadamente o número de funcionários integrantes do quadro da empresa, que tem de ser superior a um, e a autonomia financeira, que tem de ser superior ou igual a 15%. Relativamente ao número de colaboradores, são, à data, 24, o que significa que a empresa cumpre este critério. Em relação à autonomia financeira, é necessária a análise dos dados históricos. Para o efeito serão considerados o ano pré-projeto (2019) e os dois anos anteriores (2017 e 2018), de forma a possibilitar uma noção sobre a evolução histórica da empresa até ao momento.

O Anexo 2 apresenta as demonstrações de resultados históricas, nas quais se pode ver que ao longo dos anos a empresa tem sido capaz de aumentar tanto o seu volume de negócios (VN) como os seus resultados líquidos (RL). Em 2017, a ABC, Lda. apresentou um RL de 66.237,04€. No ano seguinte, o RL cifrou-se em 85.442,49€, representando um acréscimo de 29% face ao ano anterior. 228.196,31€. Finalmente, em 2019, o RL apresentou um crescimento de 167%.

No que toca ao VN, a ABC apresentou no pré-projeto um crescimento de quase 60% face ao período anterior, alcançando o valor de 2.447.095,59€ de receitas operacionais brutas.

O Anexo 3 apresenta os balanços históricos. Aqui o crescimento da empresa foi mais tímido, mas, mesmo assim, constante. Em 2017, o total do balanço foi de 1.453.943,01€ e em 2018, cresceu cerca de 9%, alcançando o valor de 1.579.186,02€. Em 2019, o total do balanço cresceu 11%, passando para o valor de 1.745.610,80€. Salienta-se o elevado valor dos financiamentos de médio/longo prazo e o exponencial crescimento dos financiamentos de curto prazo, que podem ser explicados pelos projetos de investimento que a empresa levou a cabo também no âmbito do Portugal 2020, que incluíram uma parcela de incentivo reembolsável na forma de empréstimo bancário sem juros.

Tendo então em conta as demonstrações financeiras mencionadas, é possível calcular os indicadores económico-financeiros, apresentados no Anexo 4. Dos indicadores salientam-se os Meios Libertos Líquidos (MLL) de 2019 de 389.946,00€ que, na ausência de distribuição de lucros, representam a capacidade de autofinanciamento da empresa. Comparando com o ano de 2017, pode-se dizer que a empresa mais que duplicou a sua

capacidade de autofinanciamento. Relativamente ao Valor Atual Bruto (VAB), este cresceu 51% em 2019, face ao ano de 2018, atingindo o valor de 1.091.216,00€, que representa toda a riqueza que a ABC gerou nesse ano, contribuindo para o desenvolvimento da economia local e nacional. Esta evolução é também consequência dos projetos de investimento, já mencionados, levados a cabo num passado recente.

No que toca aos indicadores financeiros apresentados no Anexo 4, é de especial importância a Autonomia Financeira que constitui um critério de elegibilidade do projeto ao sistema de incentivo PAPN. Em 2019, esta era de 32,41%. Apesar de ser ligeiramente inferior ao registado em 2018, é superior ao limite de 15% imposto pela legislação e, portanto, pode-se dizer que a ABC cumpre este critério. Além disto, significa que 32,41% do ativo da empresa é financiado por capitais próprios. Considerou-se que a empresa depende demasiado de capitais alheios, existindo apenas uma breve partilha do risco que a empresa representa entre os sócios e as entidades financiadoras.

Em termos de solvabilidade, em todos os três anos de dados históricos analisados, a empresa apresentou um rácio inferior a 1. Isto significa que o capital próprio da empresa não é suficiente para cobrir os capitais alheios utilizados pela empresa. Esta situação deve-se, em parte, aos projetos de investimento executados pela empresa no âmbito do Portugal 2020, que incluíram uma parcela de incentivo reembolsável na forma de empréstimo bancário sem juros.

O Fundo de Maneio (FM) tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Em 2019, o FM era de 381.727,00€, enquanto em 2018 era de 272.334,00€. Este aumento pode ser explicado pelo facto de a empresa ter aumentado a sua capacidade produtiva nos últimos anos e necessitar de uma maior margem de segurança para financiar a sua atividade operacional. Analisando os graus de liquidez, a liquidez geral no ano pré-projeto é de 1,70 e a liquidez reduzida é de 1,67. Isto significa que os ativos de curto prazo são suficientes para cobrir as obrigações de curto prazo, mesmo quando não consideramos os inventários no ativo corrente. No entanto, um nível de liquidez tão elevado pode significar que a empresa está a ser ineficiente no uso do seu capital, devendo investir parte do excesso de fundo líquidos, que possibilitem aumentar a rentabilidade da empresa.

Projetando os dados históricos, é possível desenhar as demonstrações de resultados para os anos futuros, permitindo analisar um possível futuro da empresa sem a execução do projeto (Anexo 5). Neste cenário, a empresa previa ultrapassar o VN de 2.500.000,00€ a

partir de 2021. Em 2024, apresentaria um VN de 2.636.216,94€. Quanto ao Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC), a empresa partiu do pressuposto que este teria um peso de 41,36% face ao VN e, no que se refere aos FSE, estes representariam 15,16% do VN. Neste contexto, o RL de 2024 seria de 315.128,30€.

Tabela 4 - Projeção do histórico

	2024
VN	2.636.216,94€
CMVMC	41,36%
FSE	15,16%
RL	315.128,30€

Fonte: Elaboração própria, 2021

4.3. Projeto de Investimento

Como visto em subsecções anteriores, a empresa ABC já tinha executado projetos financiados pelos Sistemas de Incentivo do Portugal 2020. No entanto, tendo em conta o aumento da exigência do mercado, os investimentos feitos mostraram-se insuficientes para garantir os níveis de competitividade pretendidos pela empresa, surgindo então a necessidade de a empresa levar a cabo novos investimentos, aproveitando a oportunidade de o fazer com recurso a mecanismos de financiamento comunitário.

Com o projeto em análise, a empresa prevê aumentar a sua capacidade produtiva, a rapidez e qualidade de resposta aos clientes, bem como melhorar as condições de trabalho dos seus colaboradores, enquanto reduz o consumo de energia, de matérias-primas e a emissão de resíduos. O projeto tem como objetivo principal investir na área operacional, tornando-a mais bem equipada, tecnologicamente avançada e flexível, e na criação de novas práticas internas, com recursos amigos do ambiente, eficientes e sustentáveis do ponto de vista energético. Este crescimento permitirá também à ABC reforçar o seu carácter exportador e a sua presença nos mercados externos. Prevê-se ainda a contratação de mais três trabalhadores, passando a dispor de uma equipa constituída por 27 colaboradores.

Para atingir os objetivos atrás mencionados, a empresa planeou os seguintes investimentos, divididos em quatro grupos estruturantes:

- Obras de adaptação do novo pavilhão: na sequência da aquisição de um pavilhão contíguo ao atual, serão feitas obras nesse mesmo pavilhão com o objetivo de o dotar

das condições e equipamentos necessários, de forma a criar espaços para os trabalhadores e novos espaços de trabalho e de armazenamento. Assim, com estes investimentos, que rondam os 100.000,00€, a empresa cumpre os objetivos de melhorar as condições de trabalho para os seus funcionários e de investir na área operacional;

- Centro de maquinação: este investimento de 90.000,00€ corresponde à aquisição de um equipamento semelhante ao já existente na empresa, mas de menor dimensão, que permita trabalhar as peças mais pequenas a uma velocidade superior. Ao produzir mais no mesmo espaço de tempo, obtém-se uma redução no consumo de energia elétrica e atinge-se os objetivos de uso eficiente de recursos e de aumento da capacidade produtiva;
- SolidWorks: este investimento, cujo valor ultrapassa os 28.000,00€, consiste num software baseado em computação paramétrica, que permite criar formas tridimensionais a partir de desenhos 2D, simular movimentos e analisar estruturalmente as peças. Assim, a ABC consegue melhorar a sua área operacional, tornando-a mais bem equipada, tecnologicamente avançada e flexível, e alcança o objetivo de criar práticas internas;
- Mastercam: Trata-se também de um software, de cerca de 15.000,00€, utilizado para modelagem e prototipagem, aplicável em vários tipos de indústrias. Assim como o investimento anterior, este cumpre o objetivo de melhorar o equipamento da área operacional, tornando-a tecnologicamente avançada e flexível, permitindo a criação de práticas internas.

Salienta-se que o centro de maquinação CNC, por depreciar a 10% ao ano, apresenta uma vida útil de 10 anos. Por ser o Ativo Fixo Tangível do projeto que deprecia a uma taxa anual superior, considerou-se este o tempo de vida útil do projeto.

Os equipamentos e softwares em que a ABC prevê investir serão totalmente integrados com os já existentes na empresa, sendo geridos de forma automática. Será ainda dada continuidade a um processo interno, iniciado durante a pandemia provocada pela COVID-19, que consiste em digitalizar o acompanhamento dos clientes, desde reuniões técnicas que passaram a ser realizadas online a apoio técnico aos equipamentos que passou a ser feito através de ligação VPN. Estas alterações transformaram o modelo de negócios da empresa e contribuíram para a Transição Digital que, note-se, não é apenas um objetivo da

própria empresa, como também é um dos principais objetivos e eixos a nível nacional e comunitário.

Uma das principais preocupações da atualidade, e que já se tornou no principal tema de discussão a nível mundial, é o ambiente. O efeito das alterações climáticas e o que se pode fazer para as combater. Daí a importância da economia circular nas indústrias existentes e, principalmente, nas que surgem, crescem e se reinventam. Com o projeto de investimento em análise, a empresa contribuirá para a economia circular através da adoção de alterações ao processo de desenvolvimento dos produtos. Os moldes e ferramentas produzidos são desenhados de forma a reduzir o consumo de matérias-primas. Os centros de maquinaria que possui, incluindo o que será adquirido no âmbito deste projeto, são programados de forma a reduzir a geração de sobras de matérias-primas que não poderão depois ser reutilizados em processos seguintes. Adicionalmente e, extremamente relevante, é a gravação de QR Codes em cada uma das ferramentas, permitindo que os manuais técnicos dos produtos sejam consultados online em vez de impressos. Por último e, como já referido, a assistência técnica ao cliente é feita maioritariamente online, o que faz com que haja uma redução de custos de deslocações e da pegada de carbono associada à deslocação em viaturas.

4.3.1. Investimento e Financiamento

Os investimentos acima referidos, adquiridos no decorrer de 2021, totalizam 233.356,00€, partindo do princípio de que todos foram considerados como despesas elegíveis no âmbito do PAPN. No Anexo 6 é apresentado o Plano de Investimento, além do Plano Global de Investimento, segregado por rubricas e considerando as Necessidades de Fundo de Maneio (NFM).

Como referido anteriormente, o sistema de incentivos no âmbito do qual este projeto será executado, apoiará o investimento da empresa sob a forma de incentivo não reembolsável. Considerando que o projeto cumpre com os critérios para que à taxa base sejam acrescidas as majorações, o projeto será apoiado em 50%. Neste contexto, observe-se, então, o Anexo 7 que contempla o Plano de Financiamento, no qual está contemplado que, em 2021, o investimento será financiado por capitais alheios, na forma de incentivos, e por capitais próprios, na forma de prestações suplementares de capital, em partes iguais.

Note-se que, apesar de a empresa ABC apresentar capacidade de autofinanciamento, recorrerá à submissão de prestações suplementares no valor de 116.678,00€ em 2021 e 5.000,00€ em 2022. Isto vai permitir que a empresa cumpra o critério pré-estabelecido pelo PAPAN de assegurar que no mínimo 10% do projeto é financiado por Capitais Próprios. Assim, com Capitais Próprios do Projeto de 121.678,00€ e com Despesas Elegíveis de 233.356,00€, tem-se um Financiamento com Capitais Próprios de cerca de 52%.

4.3.2. Rendimentos

Relativamente à estimativa do VN, foi tida em consideração a sensibilidade e experiência da empresa ABC na área e conhecimento do mercado. Considerou-se, então, uma taxa de crescimento de 10% entre 2021 e 2023, tal como esquematizado na tabela 5.

Tabela 5 - Taxas de Crescimento do Volume de Negócios

	2020	2021	2022	2023	2024
Taxa de crescimento global	1,5%	11,5%	11,5%	11,5%	1,5%
Taxa de crescimento real	0,0%	10,0%	10,0%	10,0%	0,0%
Taxa de Inflação	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%

Fonte: Elaboração própria, 2021

Assim, foi possível criar as tabelas apresentadas no Anexo 8. No pós-projeto prevê-se um volume de negócios de 3.181.474,00€.

4.3.3. Gastos

A atividade produtiva requer a utilização de matérias-primas inerentes ao próprio processo de fabrico. Assim, considerou-se que os gastos evoluem em função do crescimento do VN, tal como é mostrado na tabela abaixo. No Anexo 9 são apresentadas as tabelas utilizadas para projetar os gastos para os anos de 2020 a 2026.

Tabela 6 - Pressupostos para os Gastos

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
MP e Mercadorias	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
CMVMC / Vendas	43,15%	43,15%	43,15%	43,15%	43,15%	43,15%	43,15%
Margem Bruta	56,85%	56,85%	56,85%	56,85%	56,85%	56,85%	56,85%
Taxa de Inflação	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%

Fonte: Elaboração própria, 2021

Assim, em 2024, estima-se que os CMVMC apresentem o valor de 1.310,135,00€ e os FSE chegam ao valor de 445.465,00€.

A estrutura de Recursos será aumentada com 3 colaboradores, cujo custo apresenta um crescimento anual igual à taxa de inflação, os seguros de acidentes de trabalho representam 1,5% das remunerações líquidas e os outros custos equivalem a 2%. Prevê-se que um colaborador seja contratado em março de 2021, com um vencimento bruto de 900€ e dois sejam contratados em novembro do mesmo ano, com um vencimento bruto de 700€. Este reforço dos Recursos Humanos, só em 2021, representam um custo de 19.241,00€. Assim, em 2024, a estrutura de recursos humanos terá um custo total de 782.883,00€.

As depreciações são calculadas com as taxas máximas fiscalmente aceites, com base nos custos de aquisição dos ativos. Durante o projeto, as depreciações dos ativos do projeto revelam um custo de 28.451,00€, sendo que se espera que os programas de computador estejam completamente depreciados em 2024, e neste ano os gastos com depreciações e amortizações sejam de 14.004,00€.

4.3.4. Demonstrações Financeiras

Nesta subsecção ter-se-á em consideração as Demonstrações Financeiras Previsionais da empresa com o projeto, apresentados no Anexo 10.

A Demonstração de Resultados (DR) prevê que o projeto tenha um desempenho positivo. A curto prazo, o RL apresenta uma ligeira quebra, mas, tendo em consideração o esperado para 2024, estima-se um crescimento considerável.

A DFC reflete uma quebra nos Fluxos de Caixa Operacionais e de Investimento no ano de 2021. Já nos Fluxos de Caixa de Financiamento, o efeito é o oposto. Sendo que coincide com o ano em que é realizado o investimento, verifica-se aqui uma correlação. Em

termos de Saldo Final da Caixa, prevê-se que seja positivo e crescente em todos anos analisados, atingindo no pós-projeto (2024) o valor de 2.421.551,00€. Este valor, apesar de significar que a empresa tem capacidade para se autofinanciar, seja a nível operacional, de investimento ou de financiamento, reflete a existência de um excedente financeiro parado, que pode ser reinvestido no curto prazo, de forma a promover o desenvolvimento e crescimento da empresa a um ritmo mais acelerado.

Em relação ao Balanço, salienta-se o facto de a empresa conseguir fazer face às suas obrigações de curto prazo e o facto de se estimar que tanto o valor total do balanço como o valor do Capital Próprio aumentem gradualmente ao longo dos anos. Isto significa que se prevê que a empresa consiga gerar cada vez mais valor para si própria e para os seus sócios e investidores, com os valores que investem.

Tanto em 2020 como em 2021, a empresa apresenta NFM negativas, ou seja, consegue financiar o seu ciclo de exploração sem recorrer a financiamentos externos. No entanto, a partir de 2022, a situação inverte-se e a ABC passa a apresentar NFM positivas. Isto pode-se dever ao facto de ter aumentado a sua capacidade produtiva e de esta, por se tratar de uma empresa industrial, ter um ciclo de exploração tendencialmente mais longo. Tendo em conta que a Tesouraria Líquida é positiva em todos os anos, comprova-se que a empresa consegue financiar o seu ciclo a curto prazo, mesmo este sendo mais longo.

4.4. Estudo de Viabilidade Económico-Financeira

4.4.1. Viabilidade, Rendibilidade e Solvabilidade

No Anexo 13 estão apresentados diversos indicadores utilizados para avaliar a viabilidade, a rendibilidade e a solvabilidade do projeto.

Tanto os MLL como o Excedente Bruto de Exploração (EBE), preveem aumentos anuais substanciais, o que significa que a empresa criará cada vez mais valor que não é absorvido nem pela atividade operacional nem pela atividade financeira da empresa e, consequentemente, terá maior capacidade de se autofinanciar. O VAB e o Valor Bruto de Produção (VBP) confirmam esta tendência de criação de valor, ainda que de forma mais

tímida a partir do pós-projeto. Dos indicadores apresentados, todos validam a conclusão inicial de que, com a implementação deste projeto, apesar de se registar um ligeiro aumento dos consumos, a ABC conseguirá, a longo prazo, diminuir e manter o peso dos gastos e consumos no VN, aumentar o valor criado e gerar cada vez mais excedentes financeiros.

Relativamente à liquidez, quando olhamos para o rácio de LG, fica a sensação de que a empresa detém, em todo o período de análise, ativos correntes suficientes para liquidar várias vezes os seus passivos correntes. No entanto, quando considerada a LR, percebe-se que a maior parte do ativo corrente é composto por inventários, e que a ABC não possui tesouraria suficiente para solver as suas obrigações no curto prazo. Isto significa que se prevê que a empresa acumule mais inventário do que aquele que necessita, seja na forma de produtos acabados, em curso, ou matéria-prima.

Salienta-se ainda o facto de a empresa, apresentar uma autonomia financeira superior (em cerca de 85%) no pós-projeto, relativamente ao pré-projeto, o que se pode traduzir por uma diminuição em cerca de 85% da dependência do capital alheio. Além disto, o Índice de Solvabilidade mostra que se prevê que a ABC detenha capital suficiente para liquidar todas as obrigações da empresa ainda antes do pós-projeto.

No que toca à rendibilidade, a empresa parece ser eficiente na utilização dos seus capitais próprios. No entanto, esta eficiência cai em 2021, ano que se prevê que seja feito o investimento, mostrando uma ligeira melhoria em 2023 e 2024. Simultaneamente, a ABC apresenta um maior desempenho dos investimentos totais na empresa, com exceção do ano 2021. Não obstante, se analisarmos o ROA, que mede o valor gerado por cada unidade monetária investida, vemos um crescimento constante até ao pós-projeto. Se compararmos o ROA no pós-projeto (16,47%) com o custo médio de capital total (4,24%), podemos concluir que a empresa beneficia do recurso a endividamento, já que este tem um custo inferior à rendibilidade gerada pelos investimentos em ativos, resultando esta situação num aumento de rendibilidade do capital próprio.

No Anexo 13 estão apresentados os cálculos do VAL e da TIR. Tendo em conta as previsões, estima-se que o projeto gere fluxos de caixa negativos nos anos de 2020 e 2021, passando a ser positivos a partir de 2022, com ligeiras quebras a partir do pós-projeto. Considerando uma taxa de atualização de 4,24%, o projeto apresenta um VAL de 465.289,00€. A TIR ronda os 28%, sendo superior à taxa de atualização, pelo que o projeto se mostra viável, aumentando o valor da empresa em cerca de 465 mil euros (valor do VAL).

De acordo com o PRI, a empresa prevê recuperar o seu investimento inicial em 5,33 anos. Assim, sendo que a vida útil do projeto é 10 anos, existe viabilidade económica, pois permite a recuperação do investimento antes do término da vida útil do projeto.

Note-se que para o cálculo da taxa de atualização foi usado o modelo *Capital Asset Pricing Model* (CAPM) e consideradas as variáveis presentes na tabela 7.

Tabela 7 - Pressupostos para o CAPM

Taxa Atualização Capitais Alheios (Kd)	5,37%
Peso dos Capitais Alheios (Wd)	42,73%
Taxa de IRC	25,30%
Taxa de Rendibilidade OT 10 Anos	2,91%
B do sector alavancado	1,00
Prémio de risco	1,50%
Taxa Atualização Capitais Próprios (Ks)	4,41%
Peso dos Capitais Próprios (Ws)	57,27%

Fonte: Elaboração própria, 2021

4.4.2. Risco

Tendo agora em consideração os indicadores de risco (Anexo 13), é possível analisar o risco a que a empresa está sujeita. De acordo com o explicado anteriormente, o PCV indica quanto é que a empresa terá que vender para garantir a cobertura dos gastos operacionais. No caso da ABC, o PCV apresenta um ligeiro crescimento de ano para a ano, exceto no período de execução do projeto, em que o aumento é substancial, prevendo-se assim um aumento do risco económico, causado pelos consideráveis aumentos dos custos variáveis.

Mas, se por um lado é durante a execução do projeto que o PCV apresenta maior aumento, é também durante este período que a Margem de Segurança (MS) cresce, atingindo o seu pico em 2023 e tomando uma trajetória de diminuição nos anos seguintes. Este crescimento deve-se ao rápido aumento do VN esperado entre 2020 e 2023.

A leitura do GAO apresenta uma conclusão semelhante à MS. Durante a execução do projeto, verifica-se uma diminuição do risco, atingindo o seu mínimo em 2023, e voltando a aumentar a partir de 2024. No pós-projeto, o GAO é de 2,31, ou seja, uma variação de 1% nas vendas provocará uma variação de 2,31% no Resultado Operacional da empresa.

Fazendo agora uma análise na ótica financeira, o GAF apresenta ligeiras e constantes diminuições ao longo dos anos, pode-se dizer que a ABC apresenta um risco financeiro cada

vez menor. Em 2024, se os RO aumentarem (diminuírem) 1%, então os Resultados antes de impostos (RAI) aumentarão (diminuirão) 1,03%.

De um modo global, o risco apresenta uma tendência decrescente durante a execução do projeto, mostrando uma inversão do sentido a partir de 2024. Isto acontece porque, apesar das diminuições do risco financeiro, o risco económico aumenta em maior proporção. Sendo assim, o risco combinado tem uma maior influência do risco operacional do que do risco financeiro. No pós-projeto, por cada 1% de variação no VN, os Resultados Líquidos variarão, no mesmo sentido, 2,38%.

4.4.3. Sensibilidade

No Anexo 15 estão projetados dois cenários diferentes: um otimista, em que os rendimentos são 10% superiores ao inicialmente previsto, e um pessimista, em que os gastos são 5% superiores ao previsto, enquanto tudo o resto se mantém igual ao “cenário neutro”. Note-se que no cenário pessimista não foram considerados aumentos nem nos gastos com pessoal nem nas depreciações. Isto porque os aumentos nos gastos com pessoal se devem às novas contratações e ao impacto da inflação, e não estão previstos aumentos extraordinários dos salários, e as depreciações variam em função do valor e do período de vida útil do ativo e em nenhum dos cenários existe alteração do investimento a realizar.

No quadro-resumo apresentado na tabela 8, estão resumidos os principais indicadores de auxílio à decisão. Como já era de prever, o cenário otimista apresenta resultados mais interessantes que permitem a recuperação do investimento em menos de metade do tempo, em comparação com o cenário neutro, sendo que em ambos os casos o projeto receberia um parecer favorável para a sua implementação, validado pelos indicadores VAL, TIR e payback. Salienta-se que, tanto no cenário neutro como no cenário otimista, o projeto apresenta rendibilidade suficiente para cobrir o custo dos capitais utilizados. No caso do cenário pessimista, por outro lado, não se pode tirar a mesma conclusão, pela incapacidade de gerar um VAL positivo, não permitindo assim criar valor para a empresa.

Tabela 8 – Quadro-resumo da análise de sensibilidade

	cenário neutro	cenário otimista	cenário pessimista
VAB (pós-projeto)	1 456 926	1 750 982,91€	1 328 452,15 €
VBP (pós-projeto)	3 216 829	3 537 973,61€	3 216 828,63 €
VAL	465 276,27 €	1 686 629,35 €	-50 861,06 €
TIR	28%	259%	1,80%
Taxa de atualização	4,24%	4,27%	4,23%
payback	5,33	2,21	0
Autonomia financeira (pós-projeto)	59,96%	68,20%	55,10%

Fonte: Elaboração própria, 2021

Através do VAB e do VBP consegue-se perceber que tanto no cenário neutro como no otimista, existe criação de valor, quando comparados com os valores pré-projeto. Isto é confirmado pelo MLL e pelo EBE, que mostram que a empresa conseguirá criar valor que não será absorvido pela atividade operacional ou pela atividade financeira da empresa.

Em qualquer um dos cenários, a autonomia financeira aumenta. Passa de 32,41% no pré-projeto para 59,96%, 68,20% e 55,10% no pós-projeto, no cenário neutro, no otimista e no pessimista, respetivamente. Isto significa que, caso o cenário otimista se verifique, a empresa aumenta a cobertura dos capitais totais com capitais próprios em cerca de 110% e, consequentemente diminui a sua dependência do capital alheio. O Índice de Solvabilidade mostra que, no cenário otimista, a empresa ABC terá capacidade capital suficiente para liquidar todas as suas obrigações já a partir de 2021. Enquanto que, se se verificar o cenário pessimista, só terá capacidade para tal em 2024.

Apesar de no cenário otimista as NFM diminuïrem ligeiramente face ao cenário neutro, o cenário pessimista apresenta uma evoluçãõ ainda mais lenta.

Relativamente ao risco, de um modo geral, confirma-se a tendênciã mostrada pelos indicadores já considerados. No pós-projeto, o GAC no cenário neutro é de 2,38, no cenário otimista é 1,97 e no cenário pessimista é de 2,81. Ou seja, o cenário positivo apresenta menos risco global enquanto o cenário pessimista apresenta um risco substancialmente superior.

4.5. Impacto do Projeto

A presente secção serve para analisar o impacto que o projeto teve na empresa. Para isso, tem-se em consideração as DR previsionais, projetadas a partir do histórico Anexo 5. As DR do projeto estão apresentadas no Anexo 14 e as DR e Balanços previsionais da empresa com o projeto implementado podem ser consultadas no Anexo 11 e 12, respetivamente.

De um modo resumido, a empresa ABC possuía, antes do projeto, capacidade produtiva para satisfazer as necessidades e exigências do mercado, tendo também já executado projetos no âmbito do Portugal 2020. No entanto, não tinha ainda garantido os níveis de competitividade pretendidos. O presente projeto pretende investir na área operacional, tornando-a tecnologicamente avançada, flexível e mais bem equipada, aumentando a capacidade produtiva e de resposta e usando recursos mais eficazes, eficientes e sustentáveis do ponto de vista energético e da economia circular. Com o aumento da equipa e com a criação de novas práticas internas, o projeto prevê também a melhoria das condições de trabalho dos colaboradores. Assim, o projeto, sendo executado na totalidade, prevê-se um impacto significativo na atividade operacional da empresa.

Na tabela 9, estão apresentados alguns indicadores calculados com base na DR previsional de 2024, projetada a partir do histórico. Se o projeto não fosse implementado, a ABC podia esperar alcançar um VN de 2.636.216,94€ em 2024, o que significa um crescimento de 7,73% face ao ano 2019, sendo que o CMVMC e os FSE teriam um peso conjunto de 56,5% do VN, o RO de 16,5% e o RL de 12%. Comparando com o histórico, a empresa conseguiria criar valor e apresentar excedentes não absorvidos pela sua atividade operacional e financeira.

Tabela 9 – Indicadores previsionais (da empresa sem o projeto)

2024	
MLL	373 420
VAB	1 175 549
VBP	2 669 143
Consumos Intermédios	1 493 594
CMVMC + FSE / VN	56,5%
RO / VN	16,5%
RL / VN	12,0%
EBE	492 210

Fonte: Elaboração própria, 2021

Debruçando-nos agora sobre as DR apenas do projeto (Anexo 14), é possível perceber o real impacto que a sua execução teve na empresa. Prevê-se que o projeto isolado gere um RL de 132 987,81€, representando 24,4% do VN, e um RO com um peso de 33,2% (tabela 10). De acordo com as estimativas, o projeto isolado conseguirá criar valor para a empresa e excedente não absorvido pela atividade.

Tabela 10 – Indicadores previsionais (do projeto)

2024	
MLL	145 526 €
VAB	275 998 €
VBP	542 306 €
Consumos Intermédios	266 308 €
CMVMC + FSE / VN	48,7%
RO / VN	33,2%
RL / VN	24,4%
EBE	194 822 €

Fonte: Elaboração própria, 2021

Voltando a considerar as Demonstrações Financeiras (DF) da empresa com o projeto e os indicadores calculados, percebe-se que é previsível que a empresa gere mais valor com o projeto implementado e consiga mais excedente não absorvido pela atividade. Sendo assim, no futuro a empresa terá maior capacidade de autofinanciamento, diminuindo o investimento em NFM e a necessidade de recorrer a capital alheio. Simultaneamente, espera-se que o peso do CMVMC e do FSE face ao VN diminua, e que o peso do RL aumente.

A autonomia financeira também aumentará substancialmente, tornando a empresa menos dependente de financiadores/investidores externos e menos propensa a sentir as variações da banca, principalmente em termos de taxa de juro.

5. Conclusão

Está comprovada a importância das PME na economia europeia. Num mundo cada vez mais global e tecnológico, a importância das economias de escala é reduzida à medida que o potencial e o contributo das PME aumenta. No entanto, o que amplia a sua importância, também evidencia e intensifica os seus problemas e dificuldades, como o acesso ao financiamento, por exemplo. Assim, intensifica-se a necessidade de intervenção estatal com políticas que dinamizem as empresas e contribuam para o empreendedorismo. Através dos fundos comunitários atribuídos a empresas e ambientais empresariais, a UE ajuda a enfrentar os desequilíbrios e incoerências existentes nos Estados-Membros.

No presente trabalho explorou-se o sistema de incentivos PAPN, no âmbito do Portugal 2020, a forma de acesso, estrutura e especificidades. De seguida, pretendeu-se analisar um projeto de investimento financiado pelo PAPN e o seu impacto na empresa.

A empresa, designada por ABC, Lda., desenvolve a sua atividade na área da fabricação de ferramentas metálicas. Apesar de já ter uma estrutura e posição no mercado consolidada, e do sucesso dos projetos de investimento já executados, a empresa não tinha conseguido ainda garantir os níveis de competitividade desejados. Surgiu, entretanto, a oportunidade de reinvestir com recurso a mecanismos de financiamento comunitário, o que permite à ABC investir na área operacional, enquanto melhora a sua eficácia na utilização dos recursos, aumentando a sua equipa de colaboradores.

O projeto contribuiu ainda para a transição digital, para a economia circular e para a luta contra as alterações climáticas. Consequentemente, contribuiu para os objetivos e metas, tanto nacionais, como europeus e mundiais.

O investimento rondou os 233.356,00€, e implicou a submissão de 116.678,00€ em prestações suplementares, por forma a cumprir um critério pré-estabelecido pelo PAPN. Estimou-se que no pós-projeto a empresa alcance um VN de 3.181.474,00€, com um crescimento de 30% face ao pré-projeto, e um RL de 448.116,11€, com um crescimento de 96,37% face ao pré-projeto. Tendo por base as DF previsionais, consegue-se depreender que a ABC terá capacidade para se autofinanciar a nível operacional e financeiro, diminuindo a sua dependência face a terceiros (capital alheio). Devido ao seu ciclo operacional tendencialmente longo, no pós-projeto, continuará a apresentar necessidades de investimento em Fundo de Maneio.

No estudo de viabilidade económico-financeira, prevê-se que a empresa, além de gerar cada vez mais valor e ter maior capacidade de autofinanciamento, conseguirá aumentar a sua autonomia financeira em cerca de 85% relativamente ao ano pré-projeto. No entanto, uma parte da liquidez deve-se aos inventários, significando que a empresa apresenta uma tendência de acumulação de inventário, talvez superior àquela de que necessita.

Através do RCP e do ROA, é possível verificar que a empresa apresenta também melhorias relativamente à utilização e desempenho dos capitais e investimentos, e existe uma clara criação de riqueza para os acionistas.

O projeto deve, então, receber um parecer de execução favorável por parte da empresa, visto que apresenta um VAL de 465.289,00€ e uma TIR de 28%, com uma taxa de atualização de 4,24%. Se o previsto se concretizar, a ABC consegue recuperar o investimento em cerca de 5,33 anos.

Relativamente ao risco, de uma forma geral, nota-se uma tendência decrescente durante a execução do projeto. Sendo que no pós-projeto, por cada 1% na variação do VN, os resultados líquidos variarão 2,38%, no mesmo sentido.

Foi analisada a sensibilidade do projeto com uma análise de 3 cenários. Um "neutro", que constitui a previsão inicial e considerada em toda a análise, um "otimista", em que os rendimentos são 10% superiores enquanto tudo o resto se mantém, e um "pessimista", em que os gastos são 10% superiores mantendo tudo o resto. Previsivelmente, o cenário otimista apresenta os melhores resultados, com um VAL de 1.686.629,35€, uma TIR de 259% e um payback 2,21 anos. Já o cenário pessimista não se mostra viável, com um VAL negativo e uma TIR de apenas 2%. Neste caso, não é possível recuperar o valor do investimento durante o período de vida útil do projeto (PRI).

Depois de analisados os indicadores mencionados, bem como a análise de sensibilidade, concluímos que o projeto se mostra viável e, se executado como previsto, terá um impacto significativo e positivo na atividade operacional e na situação económico-financeira da empresa.

É ainda de frisar que o facto de o financiamento do projeto ser financiado através de fundos comunitários, sob a forma não reembolsável tem uma importância enorme, pois não sobrecarrega a empresa com obrigações financeiras e com gastos de financiamento, contribuindo para a diminuição do peso de capitais alheios nas suas origens, situação que não ocorreria se se tratasse de um financiamento vulgar numa instituição bancária.

Na nossa perspectiva, a principal limitação deste trabalho reside no facto de se obterem os fluxos de caixa através de previsões, que, só por si, têm inerente a incerteza, o que pode causar enviesamentos relativamente aos valores reais, verificados no futuro. No futuro, aconselha-se à empresa a elaboração de um novo estudo que compare a previsão feita com os dados reais e com uma visão mais longínqua do ocorrido, permitindo uma análise mais exata do impacto do projeto na empresa.

Referências

- Abecassis, F., Cabral, N. (2000). *Análise económica e financeira de projetos* (4ª ed).
Fundação Calouste Gulbenkian
- Banco de Portugal (2019). Quadros do setor e quadros da empresa e do setor. Estudos da
Central de Balanços, 36
- Barros, H. (2014). *Análise de Projetos de Investimento*. Edições Sílabo
- Benzaghta, M. A., Elwalda, A., Mousa, M. M., Erkan, I., & Rahman, M. (2021). SWOT
analysis applications: An integrative literature review. *Journal of Global Business
Insights*, 6(1), 55-73. <https://www.doi.org/10.5038/2640-6489.6.1.1148>
- Brealey, R., Myers, S., Allen, F. (2011). *Princípios de Finanças Corporativas* (10ª ed).
McGraw Hill Companies, Inc.
- Centro 2020 (2021). Concurso para apresentação de candidaturas: Aviso nº CENTRO-D7-
2021-07. Disponível em: http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/avisos-de-concursos?theme=ja_k2filter&isc=1&ordering=rxfl6&category_id=7&xf_10=2&limit=10&start=10
- Comissão Europeia (2020). Guia do utilizador relativo à definição de PME. Disponível em:
[https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao-Certificacao/Certificacao-PME/Documentos-CPME/Guia-do-utilizador-relativo-a-definicao-de-PME-\(Co.aspx](https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao-Certificacao/Certificacao-PME/Documentos-CPME/Guia-do-utilizador-relativo-a-definicao-de-PME-(Co.aspx)
- Compete 2020 (2020). Custos Simplificados. Disponível em:
https://www.compete2020.gov.pt/Custos_Simplificados
- Decreto-lei nº 137/2014. Diário da República: I série, nº 176 (2014). Disponível em:
<https://dre.pt/pesquisa/-/search/56747378/details/maximized>
- Decreto-lei nº 159/2014. Diário da República: I série, nº 207 (2014). Disponível em:
<https://dre.pt/pesquisa/-/search/58605739/details/maximized>
- Despacho nº 10548-B/2017. Diário da República: II série, nº 232 (2017). Disponível em:
<https://dre.pt/home/-/dre/114301440/details/maximized>
- Fernandes, C., Peguinho, C., Vieira, E., Neiva, J. (2022). *Análise Financeira – Teoria e Prática* (6ª edição). Edições Sílabo.

- Hertina, D., Pardede, D. R. P., Yesenia, D. (2021). Company Value Impact of Liquidity, Solvability and Profitability. *Turkish Journal of Computer and Mathematics Education*, 12 (4), 782-788.
- Hull, J. C. (2015). *Risk Management and Financial Institutions* (4th ed). Wiley.
- Hunter, M., & Kazakoff, D. (2012). *Small Business: Journey to Success* (1st ed.). Academic Publishing International Limited.
- Jorge, N. (2014). *Avaliação do Desempenho Financeiro e Criação de Valor – uma visão integrada* (Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal). Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7270/1/versaoentreganeide.pdf>
- Megre, L. (2018). *Análise de Projetos de Investimento – Uma Perspetiva Económica* (2ª ed). Edições Sílabo.
- Menezes, H. C. (1991). *Princípios de Gestão Financeira* (3ª ed). Editorial Presença, Lda.
- Nunes, S. (2016). *Análise e avaliação de um projeto de investimento em ativos reais*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra). Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/32543>
- OCDE (2000). Small and Medium-sized Enterprises: Local Strength, Global Reach. The OECD Policy Briefs. Disponível em: <https://www.oecd.org/regional/leed/1918307.pdf>
- Papel, R (2015). *Projeto de implementação de práticas formais de marketing num grupo de PMEs a operar no setor do comércio por grosso*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro). Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/16529>
- Pires, L. M. (2017). 30 Anos de Fundos Estruturais (1986-2015). *Relações Internacionais*, (53), 19-38
- Portaria nº 57-A/2015. Diário da República: I série, 1º Suplemento, nº 41 (2015). Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/port/57-a/2015/02/27/p/dre/pt/html>
- Portaria nº 97-A/2015. Diário da República: I série, 1º Suplemento, nº 62 (2015). Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/66888645/details/normal?q=Portaria+n.%C2%BA%2097-A%2F2015%2C%20de+30+de+mar%C3%A7o>
- Portaria nº 105/2017. Diário da República: I Série, n.º 50 (2017). Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/view?cid=148081993>

- Portugal 2020 (2014). Acordo de Parceria 2014-2020. Disponível em: https://www.portugal2020.pt/sites/default/files/1_ap_portugal_2020_28julho_0.pdf
- Portugal 2020 (2020a). Candidaturas ao Portugal 2030 vão ser mais simples. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/content/candidaturas-ao-portugal-2030-va-ser-mais-simples>
- Portugal 2020 (2020b). Novo Programa de Apoio à Produção Nacional para micro e pequenas empresas. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/content/novo-programa-de-apoio-producao-nacional-para-micro-e-pequenas-empresas>
- Resolução do Conselho de Ministros nº 97/2020. Diário da República: I série, nº 222 (2020). Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/148444001/details/maximized>
- Resolução do Conselho de Ministros nº 98/2020. Diário da República: I série, nº 222 (2020). Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/98/2020/11/13/p/dre>
- Rocha, R. S. (2019). *Análise da Evolução Económico – Financeira de uma empresa de calçado*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro). Disponível em: https://ria.ua.pt/bitstream/10773/28276/1/documento.pdf?fbclid=IwAR3IqvEeekQQ8tmE_lpq76pyb5CfW0Juh0pbJOB4sKXMfsJO5130V09zNyQ
- Ross, S., Westerfield, R., Jaffe, J. (2010). *Corporate Finance* (9ª ed). McGraw Hill/Irwin
- Sá e Silva, E., & Queirós, M. (2013). *Gestão Financeira, Análise de Investimentos* (2ª ed). Vida Económica - Editorial, SA
- Teixeira, S. (2013). *Gestão das Organizações* (3ª ed). Editorial Editora
- Tokila, A., Haapanen, M., Ritsilä (2008). Evaluation of investment subsidies: When is deadweight zero? *International Review of Applied Economics*, 22 (5), 585-600
- União Europeia (2020). A União Europeia: O que é e o que faz. Acedido a 4 de outubro de 2020. Disponível em: <https://op.europa.eu/webpub/com/eu-what-it-is/pt/#chapter0>
- XXII Governo da República Portuguesa (2020). Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=visao-estrategica-para-o-plano-de-recuperacao-economica-de-portugal-2020-2030>

ANEXOS

Anexo 1 - Ligação entre as etapas de um Projeto de Investimento e a Fase de Candidatura de uma Operação com Financiamento Comunitário

Operação com financiamentos comunitários		Projeto de Investimento				
FASE DE CANDIDATURA	Memória Descritiva	Caracterização do beneficiário	→ Evolução da entidade promotora ←	FASE DE IDENTIFICAÇÃO		
			→ Visão, missão e objetivos estratégicos ←			
			→ Análise interna ←	Estudos Técnicos		
			→ Análise da Concorrência ←			
			→ Análise de Mercado ←			
			→ Vantagens Competitivas da empresa ←			
			→ Comercialização e marketing ←			
			→ Certificação atual e futura da empresa ←			
			Dados do Projeto		→ Tipologia do Sistema de Incentivo e enquadramento ←	Estudos Económicos e financeiros
					→ Descrição do projeto ←	
	→ Objetivos do projeto ←					
	→ Impacto do projeto na competitividade da empresa ←					
	→ Quadro do investimento ←					
	→ Descrição técnica do investimento ←					
	→ Atividades de inovação ←					
	→ Estrutura de Financiamento ←					
	Estudo de Viabilidade Económico-Financeira	→ Pressupostos ←		FASE DA ANÁLISE ECONÓMICA/ FINANCEIRA		
		→ Demonstrações de Resultados Históricas ←				
		→ Balanços Históricos ←				
		→ Demonstrações de Resultados Previsionais ←				
→ Balanços Previsionais ←						
→ Estrutura Financeira ←						
→ Plano de Exploração ←						
→ Lista de Financiamentos ←						
→ Modelos teóricos de apoio à decisão ←						

Fonte: Elaboração própria, 2021

Anexo 2 – Demonstrações de Resultados Históricas

	Unidade: Euros		
	2017	2018	2019
Volume de Negócios	1 129 165,26	1 531 282,41	2 447 095,59
Subsídios à exploração	2 766,85		30 564,28
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conj.			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
CMVMC	292 677,95	451 174,44	1 012 037,43
FSE	291 507,59	356 775,33	371 097,19
Gastos com pessoal	354 896,57	518 868,95	647 504,03
Imparidades de inventários			
Imparidades de dívidas a receber			
Provisões			1 361,30
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortiz.			
Outras imparidades (perdas/reversões) / Imparidades			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	28 676,39	62 607,19	23 764,52
Rendimentos suplementares		570,00	4 993,00
Outros	28 676,39	62 037,19	18 771,52
Outros gastos e perdas	13 019,84	6 203,17	12 525,25
Impostos indiretos	3 625,65	1 748,73	3 309,58
Outros	9 394,19	4 454,44	9 215,67
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	208 506,55	260 867,71	456 899,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	108 983,85	138 084,44	160 388,30
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis			
Resultado Operacional	99 522,70	122 783,27	296 510,89
Juros e rendimentos similares obtidos	4,04		
Juros e gastos similares suportados	14 581,03	14 361,74	12 555,73
Resultado antes de impostos	84 945,71	108 421,53	283 955,16
Imposto sobre rendimento do período	18 708,67	22 979,04	55 758,85
Resultado Líquido do Período	66 237,04	85 442,49	228 196,31

Fonte: Elaboração própria, com base nas IES da empresa, 2021

Anexo 3 – Balanços Históricos

	Unidade: Euros		
	2017	2018	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	853 809,19	809 821,73	825 491,97
Propriedades de Investimento			
Goodwill			
Ativos Intangíveis			
Ativos Biológicos			
Participações Financeiras			
Acionistas / Sócios			
Outros ativos financeiros		3 472,99	3 773,82
Investimentos financeiros			
Total Ativo não Corrente	853 809,19	813 294,72	829 265,79
Ativo corrente			
Inventários	22 472,89	39 241,98	17 964,42
Ativos Biológicos			
Clientes	213 546,64	357 680,10	296 967,40
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		2 255,61	77 182,78
Acionistas / sócios			
Outras contas a receber			30 000,00
Diferimentos	359 771,55	361 462,56	462 287,13
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros	2 667,74		26 000,00
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	1 675,00	5 251,05	5 943,28
Total Ativo Corrente	600 133,82	765 891,30	916 345,01
Total do Ativo	1 453 943,01	1 579 186,02	1 745 610,80

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	62 000,00	62 000,00	62 000,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio	80 000,00	95 000,00	31 500,00
Prêmios de emissão			
Reservas Legais	3 570,58	7 807,62	12 250,11
Outras reservas	61 000,00	123 000,00	188 634,45
Resultados Transitados			
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio	70 994,67	179 409,55	43 122,59
Resultado líquido do período	66 237,04	85 442,49	228 196,31
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio	343 802,29	552 659,66	565 703,46
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos Obtidos	684 337,03	529 496,20	641 515,62
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Total do Passivo não corrente	684 337,03	529 496,20	641 515,62
Passivo Corrente			
Fornecedores	228 929,55	254 959,48	181 822,88
Adiantamento de Clientes			
Estado e outros entes públicos	21 139,47		
Acionistas / Sócios			
Financiamentos Obtidos		191 920,66	340 000,00
Outras Contas a Pagar		50 150,02	3 471,78
Diferimentos			13 097,06
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros Passivos correntes	175 734,67		
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do Passivo corrente	425 803,69	497 030,16	538 391,72
Total do Passivo	1 110 140,72	1 026 526,36	1 179 907,34
Total do Capital Próprio e do Passivo	1 453 943,01	1 579 186,02	1 745 610,80

Fonte: Elaboração própria, com base nas IES da empresa, 2021

Anexo 4 – Indicadores Económico-Financeiros Históricos

Tabela 4.1 - Indicadores Económicos Históricos

	2017	2018	2019
Meios Libertos			
Líquidos ¹	175 221	223 527	389 946
Totais ¹	208 507	260 868	456 899
V.A.B. ¹	544 121	721 584	1 091 216
VBP ¹	1 131 932	1 531 282	2 477 660
Consumos Intermédios ¹	587 811	809 699	1 386 444
CMVMC / Produção	25,8%	29,5%	40,8%
Cust. c/Pessoal/Produção	31,4%	33,9%	26,1%
Encar. Financ Líq./ (Vendas + P. Serv.)	1,3%	0,9%	0,5%
Res. Líq./ (Vendas + Prest. Serv.)	5,9%	5,6%	9,3%
Cash-Flow/ (Vendas + Prest. Serv.)	15,5%	14,6%	15,9%
Meios Lib. Tot/ (Vendas + Prest. Serv.)	18,5%	17,0%	18,7%
VAB/ (Vendas + Prest. Serv.)	48,2%	47,1%	44,6%
Cust. c/Pessoal / VAB	65,2%	71,9%	59,3%
VAB / Unidade Trabalho ¹	41 855	40 088	49 601
EBE ¹	208 507	260 868	456 899

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 4.2 - Indicadores Financeiros Históricos

	2017	2018	2019
1. De Funcionamento			
Fundo de Maneio ¹	174 330	272 334	381 727
Liquidez Red. (Tesouraria)	1,36	1,46	1,67
Liquidez Geral	1,41	1,54	1,70
Duração Média Existências			
De Prod. Acab. e em Curso (a) ²	0	0	0
De Matérias (b) ²	28	31	6
De Mercad. (b) ²	0	0	0
Prazo Médio Recebimentos (c) ²	56	69	36
Prazo Médio Pagamentos (d) ²	238	164	54
2. De Estrutura			
Autonomia Financeira	23,65%	35,00%	32,41%
Autonomia Financ. Alargada	23,65%	35,00%	32,41%
Cobertura do Imobilizado	1,20%	1,34%	1,46%
Solvabilidade	0,310	0,538	0,479

Fonte: Elaboração própria, 2021

1) Unidade: Euros; 2) Unidade: em dias; 3) Unidade de trab: nº de trabalhadores

a) Em termos de Vendas; b) Em termos de Consumos; c) Em termos de Vendas + Prestações de Serviços com IVA; d) Em termos de Compras + F.S.E. com IVA

Anexo 5 - Demonstrações de resultados projetadas para o período 2020-2026 a partir do histórico

Unidade: Euros

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Volume de Negócios	2 483 802,02	2 521 059,05	2 558 874,94	2 597 258,06	2 636 216,94	2 675 760,19	2 715 896,59
Subsídios à exploração	31 022,74	31 488,09	31 960,41	32 439,81	32 926,41	33 420,31	33 921,61
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos							
Variação nos inventários da produção							
Trabalhos para a própria entidade							
CMVMC	1 027 217,99	1 042 626,26	1 058 265,66	1 074 139,64	1 090 251,73	1 106 605,51	1 123 204,59
FSE	376 663,65	382 313,60	388 048,31	393 869,03	399 777,07	405 773,72	411 860,33
Gastos com pessoal	657 216,59	667 074,84	677 080,96	687 237,18	697 545,73	708 008,92	718 629,05
Imparidades de inventários							
Imparidades de dívidas a receber							
Provisões	1 381,72	1 402,45	1 423,48	1 444,83	1 466,51	1 488,50	1 510,83
Imparidade de invest. não depreciáveis/amortiz.							
Outras imparidades/ Imparidades							
Aumentos/Reduções de justo valor							
Outros rendimentos e ganhos	24 120,99	24 482,80	24 850,04	25 222,80	25 601,14	25 985,15	26 374,93
Rend. suplementares	5 067,90	5 143,91	5 221,07	5 299,39	5 378,88	5 459,56	5 541,46
Outros	19 053,09	19 338,89	19 628,97	19 923,41	20 222,26	20 525,59	20 833,48
Outros gastos e perdas	12 713,13	12 903,83	13 097,38	13 293,84	13 493,25	13 695,65	13 901,08
Impostos indiretos	3 359,22	3 409,61	3 460,76	3 512,67	3 565,36	3 618,84	3 673,12
Outros	9 353,91	9 494,21	9 636,63	9 781,18	9 927,89	10 076,81	10 227,96
Res. antes de dep, gastos de financiam. e imp.	463 752,68	470 708,97	477 769,60	484 936,15	492 210,19	499 593,34	507 087,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	160 388,30	160 388,30	125 999,73	111 867,82	56 825,60	14 333,77	14 225,68
Imparidade de invest. Deprec./amortiz.							
Resultado Operacional	303 364,38	310 320,67	351 769,87	373 068,33	435 384,59	485 259,57	492 861,56
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	12 744,07	12 935,23	13 129,26	13 326,19	13 526,09	13 728,98	13 934,91
Resultado antes de impostos	290 620,31	297 385,44	338 640,62	359 742,13	421 858,50	471 530,59	478 926,65
Imposto sobre rendimento do período	73 526,94	75 238,52	85 676,08	91 014,76	106 730,20	119 297,24	121 168,44
Resultado Líquido do Período	217 093,37	222 146,92	252 964,54	268 727,37	315 128,30	352 233,35	357 758,21

Fonte: Elaboração própria, 2021

Anexo 6 – Plano Global de Investimento e Plano por rubricas

Tabela 6.1 – Plano Global de Investimento

Unidade: Euros

Nº	Designação	Ano de aquisição	Valor	Valor Elegível	Conta do SNC
1	Centro de maquinação CNC	2021	90 000,00	90 000,00	43.3 - Equipamento básico
2	Obras de adaptação do novo pavilhão	2021	100 000,00	100 000,00	43.2 - Edifícios e outras construções
3	Software Soldiworks	2021	28 356,00	28 356,00	44.3 - Programas de computador
4	Software Mastercam	2021	15 000,00	15 000,00	44.3 - Programas de computador
Total			233 356,00	233 356,00	

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 6.2 – Plano de Investimento por rubricas

Unidade: Euros

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
1. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS								
43.1 - Terrenos e Recursos Naturais								
43.2 - Edifícios e outras construções		100 000						100 000
43.3 - Equipamento básico		90 000						90 000
43.4 - Equipamento de transporte								
43.5 - Equipamento administrativo								
43.6 - Equipamentos biológicos								
43.7 - Outros ativos fixos tangíveis								
SUBTOTAL		190 000						190 000
2. ACTIVOS INTANGÍVEIS								
44.1 - Goodwill								
44.2 – Projetos de desenvolvimento								
44.3 - Programas de computador		43 356						43 356
44.4 - Propriedade industrial								
44.6 - Outros ativos intangíveis								
SUBTOTAL		43 356						43 356
INVEST. EM CAPITAL FIXO (1+2)		233 356						233 356
3. OUTRAS DESPESAS								
62.1 - Subcontratos								
62.2 - Serviços especializados								
62.3 - Materiais								
62.4 - Energia e fluídos								
62.5 - Deslocações, estadas, e transportes								
62.6 - Serviços diversos								
63.2 - Remunerações do pessoal								
63.5 - Encargos sobre remunerações								
63.8 - Outros gastos com o pessoal								
SUBTOTAL								
4. ACTIVO CIRCULANTE								
4.1. Fundo de Maneio			9 089,16	341,57	15 772	4 795	9 707	39 705
TOTAL DO INVESTIMENTO (1+2+3+4)		233 356	9 089,16	341,57	15 772	4 795	9 707	273 061

Fonte: Elaboração própria, 2021

Anexo 7 – Plano de Financiamento

Unidade: Euros					
Rubricas	2021	2022	2023	TOTAL	%
1. CAPITAIS PRÓPRIOS					
Capital	0	0	0	0,0	0,0
Prestações Suplementares Capital	116 678	5 000	0	121 678,0	50,1
SUBTOTAL	116 678	5 000	0	121 678,0	50,1
2. AUTOFINANCIAMENTO					
SUBTOTAL	0	4 089	342	4 430,7	1,8
3. CAPITAIS ALHEIOS					
Financiamento de Instituições de Crédito	0	0	0	0,0	0,0
Médio / Longo Prazo	0	0	0	0,0	0,0
Curto Prazo	0	0	0	0,0	0,0
Empréstimos por Obrigações	0	0	0	0,0	0,0
Financiamento de Sócios/Acionistas	0	0	0	0,0	0,0
Suprimentos Consolidados	0	0	0	0,0	0,0
Outras dívidas a Sócios/Acionistas	0	0	0	0,0	0,0
Fornecedores de Investimentos	0	0	0	0,0	0,0
Locação Financeira	0	0	0	0,0	0,0
Incentivo	116 678	0	0	116 678,0	48,1
Não Reembolsável	116 678	0	0	116 678,0	48,1
Reembolsável	0	0	0	0,0	0,0
Outros	0	0	0	0,0	0,0
SUBTOTAL	116 678	0	0	116 678,0	48,1
Financiamento Total (1+2+3)	233 356	9 089	342	242 786,7	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2021

Anexo 8 - Rendimentos

Tabela 8.1 - Volume de Negócios

Unidade: Euros

	2020		2021		2022		2023		2024		2025		2026	
	%	Valor ¹	%	Valor ¹	%	Valor ¹	%	Valor ¹	%	Valor ¹	%	Valor ¹	%	Valor ¹
Portugal	84,44	1 909 436	84,44	2 129 021	84,44	2 373 859	84,44	2 646 853	84,44	2 686 555	84,44	2 726 854	84,44	2 767 757
Comunitário	16	351 758	16	392 210	16	437 314	16	487 605	16	494 919	16	502 343	16	509 878
Espanha	6,69	151 270	6,69	168 666	6,69	188 063	6,69	209 690	6,69	212 835	6,69	216 028	6,69	219 268
Rep. Checa	4,98	112 718	4,98	125 680	4,98	140 133	4,98	156 249	4,98	158 592	4,98	160 971	4,98	163 386
Polónia	0,73	16 410	0,73	18 297	0,73	20 401	0,73	22 747	0,73	23 089	0,73	23 435	0,73	23 787
França	0,92	20 885	0,92	23 287	0,92	25 965	0,92	28 951	0,92	29 385	0,92	29 826	0,92	30 273
Itália	0,03	575	0,03	641	0,03	715	0,03	797	0,03	809	0,03	821	0,03	833
Inglaterra	2,21	49 900	2,21	55 639	2,21	62 037	2,21	69 171	2,21	70 209	2,21	71 262	2,21	72 331
Extra-comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	100	2 261 194	100	2 521 231	100	2 811 173	100	3 134 457	100	3 181 474	100	3 229 196	100	3 277 634
Variação do Volume de Negócios		-7,6%		11,5%		11,5%		11,5%		1,5%		1,5%		1,5%

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 8.2 - Produção

	Unidade: Euros						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Vendas	2 261 194	2 406 132	2 682 838	2 991 364	3 036 234	3 081 778	3 128 005
Existências Finais	0	0	0	0	0	0	0
Existências Iniciais	0	0	0	0	0	0	0
Total de Produção	2 261 194	2 406 132	2 682 838	2 991 364	3 036 234	3 081 778	3 128 005

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 8.3 - Outros Rendimentos

	Unidade: Euros						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Trabalhos para a própria entidade ¹							
Subsídios à Exploração ²	28 242	28 666	29 096	29 532	29 975	30 425	30 881
Reversões							
Ganhos por aumentos de justo valor							
Outros Rendimentos e Ganhos	17 861	18 398	18 964	19 572	19 860	20 077	20 297
Rendimentos Suplementares ³	5 068	5 144	5 221	5 299	5 379	5 379	5 379
Desconto de Pronto Pagamento Obtidos ⁴	2 592	2 899	3 233	3 605	3 653	3 708	3 763
Recuperação de dívidas a receber ⁵							
Ganhos em Inventários ⁵							
Rendimentos e ganhos em subs., associadas e empreend. conjuntos ⁵							
Outros ⁵	10 202	10 355	10 510	10 668	10 828	10 990	11 155
Juros obtidos	9,36	9,36	9,36	9,36	9,36	9,36	9,36
Dividendos obtidos							
Outros rendimentos similares							

Fonte: Elaboração própria, 2021

1) Pressupõe-se que representam 0,00% das Vendas; 2) Pressupõe-se que representam 1,25% das Vendas; 3) Pressupõe-se que representam 0,20% das Vendas; 4) Pressupõe-se que representam 0,28% das Compras; 5) Pressupõe-se que representam 0,41% das Vendas. Em todos os casos foi tido como referência o valor histórico.

Anexo 9 - Gastos

Tabela 9.1 - CMVMC

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Unidade: Euros
Mercadorias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Portugal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Comunitário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extra-Comunitário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Matérias-Primas e Subsidiárias	931 162,5	1 038 246,2	1 157 644,5	1 290 773,6	1 310 135,2	1 329 787,3	1 349 734,1	
Portugal	822 444	917 025	1 022 483	1 140 069	1 157 170	1 174 527	1 192 145	
Comunitário	108 718	121 221	135 161	150 705	152 965	155 260	157 589	
Extra-Comunitário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ativos Biológicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Portugal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Comunitário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extra-Comunitário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	931 163	1 038 246	1 157 645	1 290 774	1 310 135	1 329 787	1 349 734	

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 9.2 - FSE

	Unidade: Euros						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Subcontratos							
Serviços Especializados							
Trabalhos Especializados	82 575	92 071	102 659	114 465	116 182	117 924	119 693
Publicidade e Propaganda	130	145	162	181	183	186	189
Vigilância e Segurança	390	396	402	408	414	421	427
Honorários	24 638	25 008	25 383	25 764	26 150	26 542	26 941
Comissões							
Conservação Reparação	12 563	12 751	12 942	13 137	13 334	13 534	13 737
Outros	7 205	7 313	7 423	7 534	7 647	7 762	7 878
Materiais							
Ferram. e Utensílios de Desgaste Rápido	83 921	85 180	86 457	87 754	89 070	90 407	91 763
Livros e Documentação Técnica	222	225	229	232	236	239	243
Material Escritório	2 639	2 679	2 719	2 760	2 801	2 843	2 886
Artigos para oferta	305	309	314	318	323	328	333
Energia e Fluidos							
Eletricidade	10 522	11 732	13 081	14 586	14 804	15 026	15 252
Combustíveis	12 573	14 019	15 631	17 429	17 690	17 955	18 225
Água	849	947	1 056	1 177	1 195	1 213	1 231
Deslocações, estadas e transportes							
Deslocações e estadas	68 549	76 433	85 222	95 023	96 448	97 895	99 363
Transportes de Pessoal							
Transportes de mercadorias	3 481	3 881	4 328	4 825	4 898	4 971	5 046
Serviços Diversos							
Rendas e alugueres	17 974	18 244	18 518	18 795	19 077	19 364	19 654
Comunicação	5 114	5 702	6 357	7 089	7 195	7 303	7 412
Seguros	13 816	14 023	14 234	14 447	14 664	14 884	15 107
Royalties							
Contencioso e notariado	149	151	153	156	158	160	163
Despesas de representação	5 674	6 327	7 054	7 865	7 983	8 103	8 225
Limpeza Higiene e conforto	4 722	4 793	4 865	4 938	5 012	5 087	5 163
Outros serviços							
FSE do projeto							
Total de FSE	358 011,14	382 328	409 189	438 881	445 465	452 147	458 929

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 9.3 - Gastos com pessoal – efetivos

									Unidade: Euros
Áreas	N.º Efetivos	Salário mensal	Anual	Subs. Alim.	Subsídios	Rem. Iliq.	Enc. Sociais	Seguros e outros gastos	Totais
Administração/Direção	3	8 000	96 000	0	16 000	112 000	26 600	7 840	146 440
Administrativa/ Financeira	2	2 750	33 000	1 792	5 500	38 500	9 144	2 695	50 339
Aprovisionamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comercial/ Marketing	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Engenharia, Conceção e Projeto	7	7 739	92 868	6 272	15 478	108 346	25 732	7 584	141 663
Investigação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Qualidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Operacional (Produtiva)	12	16 589	199 073	10 752	33 178	232 252	55 160	16 257	303 670
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	24	35 078	420 942	18 816	70 156	491 098	116 636	34 377	642 111

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 9.4 - Gastos com pessoal a contratar em 2021

Áreas	N.º	Mês Entrada	Nível de Qualificações	Venc. Indiv. mensal	Venc. Anual	Subs. Alim.	Subsídios	Rem. Iliq.	Enc. Ent. Patronal	Seguros e outros gastos	Unidade: Euros	
											Totais	
Administração/ Direção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Administrativa/ Financeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aprovisionamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comercial/ Marketing	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Engenharia, Conceção e Projeto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investigação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Qualidade	1	3	6	900	9 000	909	1 800	10 800	2 565	488		13 853
Operacional (Produtiva)	2	11	3	700	2 800	1 819	1 400	4 200	998	190		5 387
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais	3			1 600	11 800	2 728	3 200	15 000	3 563	679		19 241

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 9.5 - Gastos com pessoal (total)

Descrição	Unidade: Euros					
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Gerentes	115 385	117 116	118 873	120 656	122 466	124 303
Restante Pessoal	406 010	430 086	436 537	443 085	449 732	456 477
Remunerações Ilíquidas	521 395	547 202	555 410	563 741	572 197	580 780
Descontos Obrigatórios						
Taxa Social Única	56 200	59 021	59 906	60 805	61 717	62 643
I.R.S.	46 665	48 975	49 709	50 455	51 212	51 980
Remunerações Líquidas	418 531	439 206	445 794	452 481	459 268	466 158
Encargos Patronais						
Segurança Social	123 831	129 960	131 910	133 888	135 897	137 935
Seguros de Acidentes Trabalho	19 552	20 520	20 828	21 140	21 457	21 779
Total Encargos Patronais	143 384	150 481	152 738	155 029	157 354	159 715
Custos c/ Remunerações	664 779	697 682	708 148	718 770	729 551	740 495
Subsídio de Alimentação	21 827	22 154	22 486	22 824	23 166	23 513
Outros Gastos c/ Pessoal	16 945	17 784	18 051	18 322	18 596	18 875
Indemnizações ao Pessoal						
Total Gastos c/ Pessoal	703 551	737 620	748 685	759 915	771 314	782 883

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 9.6 - Gastos de Depreciação e de Amortização (Ativos do Projeto)

Rubricas	Taxa	Unidade: Euros						
		2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
A. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS								
Terrenos e Recursos Naturais	0,0%	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	5,0%	0	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
Equipamento básico	10,0%	0	9 000	9 000	9 000	9 000	9 000	9 000
Equipamento de transporte	25,0%	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento administrativo	25,0%	0	0	0	0	0	0	0
Equipamentos Biológicos	12,5%	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos fixos tangíveis	25,0%	0	0	0	0	0	0	0
Total A		0	14 000	14 000	14 000	14 000	14 000	14 000
B. ACTIVOS INTANGÍVEIS								
<i>Goodwill</i>	33,3%	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	33,3%	0	0	0	0	0	0	0
Programas de computador	33,3%	0	14 451	14 451	14 451	4	0	0
Propriedade Industrial	33,3%	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos Intangíveis	33,3%	0	0	0	0	0	0	0
Total B		0	14 451	14 451	14 451	4	0	0
C. TOTAIS (A+B)		0	28 451	28 451	28 451	14 004	14 000	14 000

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 9.7 - Gastos de Depreciação e de Amortização (Ativos da Empresa sem o Projeto)

Unidade: Euros

Rubricas	Valor Líquido em 2019	Taxa Média	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
A. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS									
Terrenos e Recursos Naturais	52 515	0,00%	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	228 528	4,97%	14 226	14 226	14 226	14 226	14 226	14 226	14 226
Equipamento básico	432 628	12,96%	97 534	97 534	97 534	97 534	42 492	0	0
Equipamento de transporte	49 441	21,20%	21 632	21 632	6 176	0	0	0	0
Equipamento administrativo	649	1,92%	108	108	108	108	108	108	0
Equipamentos Biológicos	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos fixos tangíveis	61 732	19,60%	26 888	26 888	7 955	0	0	0	0
Total A	825 492		160 388	160 388	126 000	111 868	56 826	14 334	14 226
B. ACTIVOS INTANGÍVEIS									
<i>Goodwill</i>	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0
Programas de computador	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0
Propriedade Industrial	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos Intangíveis	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0
Total B	0		0	0	0	0	0	0	0
D. TOTAIS (A+B)	825 492		160 388	160 388	126 000	111 868	56 826	14 334	14 226

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 9.8 - Outros gastos e perdas

Descrição	Unidade: Euros						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Impostos							
Impostos diretos ¹	0	0	0	0	0	0	0
Impostos Indiretos ²	3 058	3 410	3 802	4 239	4 303	4 367	4 433
Taxas ³	11 306	12 606	14 056	15 672	15 907	16 146	16 388
Desconto PP Concedidos ⁴	663	740	825	920	933	947	962
Dívidas incobráveis ⁵	0	0	0	0	0	0	0
Perdas em Inventários ⁵	0	0	0	0	0	0	0
Gastos e perdas em subs., ass e emprd. Conj. ⁵	0	0	0	0	0	0	0
Outros ⁵	7 175	7 282	7 392	7 502	7 615	7 729	7 845
Total	22 202	24 038	26 074	28 334	28 759	29 190	29 628

Fonte: Elaboração própria, 2021

1) Pressupõe-se que representam 0,00% das Vendas; 2) Pressupõe-se que representam 0,14% das Vendas; 3) Pressupõe-se que representam 0,50% das Vendas; 4) Pressupõe-se que representam 0,03% das Vendas; 5) Pressupõe-se que representam 0,29% das Vendas. Em todos os casos foi tido como referência o valor histórico.

Tabela 9.9 - Gastos e perdas de financiamento

Unidade: euros

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Juros suportados							
Juros Suportados c/ empréstimos de curto prazo ¹	11 602	12 936	14 424	16 082	16 324	16 569	16 817
Juros Suportados c/ Financ. M/L Prazo	0	0	0	0	0	0	0
Outros juros	0	0	0	0	0	0	0
	11 602	12 936	14 424	16 082	16 324	16 569	16 817
Diferenças de câmbio desfavoráveis							
Relativas a financiamentos obtidos	0	0	0	0	0	0	0
Outras	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas de financiamento							
Relativos a financiamentos obtidos	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0
Total	11 602	12 936	14 424	16 082	16 324	16 569	16 817

Fonte: Elaboração própria, 2021

1) Pressupõe-se que representam 0,51% das Vendas. Foi tido como referência o valor histórico.

Anexo 10 – Mapas Financeiros da empresa com projeto

Tabela 10.1 - Plano de tesouraria

	Unidade: Euros						
Rubricas	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
1. Recebimentos							
Vendas+ P. Serv. ano anterior	296 967	274 407	305 964	341 150	380 382	386 088	391 879
Vendas+ Prest. Serviços do ano	2 425 957	2 704 942	3 016 010	3 362 851	3 413 294	3 464 494	3 516 461
I.V.A. reembolsado do Estado	146 682	0	0	0	0	0	0
I.R.C. reembolsado do Estado	0	37 638	0	0	0	0	0
Outros Rendimentos e Ganhos	46 104	47 064	48 060	49 104	49 835	50 502	51 179
Total	2 915 710	3 064 051	3 370 034	3 753 106	3 843 511	3 901 083	3 959 519
2. Pagamentos							
Matérias e materiais	1 134 332	1 231 723	1 373 997	1 532 007	1 573 600	1 596 837	1 620 789
do ano anterior	181 823	166 089	185 815	207 183	231 009	234 107	237 619
do ano	952 509	1 065 634	1 188 182	1 324 823	1 342 590	1 362 729	1 383 170
Fornecimentos Serviços Externos	386 064	466 576	499 229	535 321	546 923	555 127	563 454
do ano anterior	0	54 290	57 978	62 051	66 554	67 552	68 565
do ano	386 064	412 286	441 251	473 270	480 369	487 575	494 889
Gastos c/ o Pessoal	564 380	680 606	713 228	727 107	738 013	749 083	760 320
I.V.A. pago ao Estado	153 961	160 448	211 564	242 732	248 891	252 659	256 449
I.V.A. da Locação Financeira	0	0	0	0	0	0	0
I.R.C. pago ao Estado	99 944	8 294	93 913	121 464	166 235	168 846	176 334
Estado e out entes Pub do ano anterior	16 950	18 058	18 891	19 830	20 127	20 429	20 735
Outros Gastos e Perdas	22 202	24 038	26 074	28 334	28 759	29 190	29 628
Total	2 377 832	2 589 743	2 936 896	3 206 793	3 322 547	3 372 171	3 427 709
3. Saldo Tesouraria (1-2)	537 878	474 308	433 138	546 312	520 964	528 912	531 810

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 10.2 - Plano Financeiro

Unidade: Euros

Rubricas	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
1. Saldo Inicial	5 943	532 229	962 938	1 386 662	1 916 901	2 421 551	2 933 904
2. Recebimentos							
Saldo de Tesouraria	537 878	474 308	433 138	546 312	520 964	528 912	531 810
Aumentos Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos de capital próprio	0	116 678	5 000	0	0	0	0
Financiamento de Sócios/Acionistas	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento de Instituições de Crédito							
De Curto Prazo	0	0	0	0	0	0	0
De Médio e Longo Prazo	0	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de Investimentos	0	0	0	0	0	0	0
Locação Financeira	0	0	0	0	0	0	0
Incentivo							
Não Reembolsável	0	116 678	0	0	0	0	0
Reembolsável	0	0	0	0	0	0	0
Juros e Rendimentos Similares	9	9	9	9	9	9	9
Total (1+2)	543 830	1 239 902	1 401 086	1 932 984	2 437 875	2 950 472	3 465 723
3. Pagamentos							
Investimentos	0	264 028	0	0	0	0	0
Financiamento de Instituições de Crédito							
De Curto Prazo	0	0	0	0	0	0	0
De Médio e Longo Prazo	0	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de Investimentos	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento de Sócios/Acionistas	0	0	0	0	0	0	0
Incentivo Reembolsável	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
Gastos e Perdas de Financiamento							
De Curto Prazo	11 602	12 936	14 424	16 082	16 324	16 569	16 817
De Médio e Longo Prazo	0	0	0	0	0	0	0
Locação Financeira	0	0	0	0	0	0	0
Total	11 602	276 964	14 424	16 082	16 324	16 569	16 817
4. Saldo Final (1+2-3)	532 229	962 938	1 386 662	1 916 901	2 421 551	2 933 904	3 448 906

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 10.3 - Origens e Aplicações dos Fundos

Rubricas	Unidade: Euros						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
ORIGENS							
1. CAPITAIS PRÓPRIOS	0	116 678	5 000	0	0	0	0
Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
Prestações Suplementares Capital	0	116 678	5 000	0	0	0	0
2. MLL	304 013	351 959	423 251	529 130	518 949	515 653	523 192
3. INCENTIVOS	0	116 678	0	0	0	0	0
Não Reembolsável	0	116 678	0	0	0	0	0
Reembolsável	0	0	0	0	0	0	0
4. CAPITAIS ALHEIOS (Médio/Longo Prazo)	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento de Instituições de Crédito	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento de Sócios/Acionistas	0	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de Investimento	0	0	0	0	0	0	0
Locação Financeira	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0
5. OUTRAS	88 121	4 054	4 562	1 451	1 473	1 495	1 517
Var. Acréscimos e Diferimentos	88 121	4 054	4 562	1 451	1 473	1 495	1 517
TOTAL	392 134	589 368	432 813	530 581	520 422	517 147	524 709

APLICAÇÕES							
6. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	0	0	0	0	0	0	0
7. DIMINUIÇÃO DÍVIDAS A TERCEIROS	0	0	0	0	0	0	0
Incentivo Reembolsável	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento de Instituições de Crédito	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento de Sócios/Acionistas	0	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de Investimento	0	0	0	0	0	0	0
Locação Financeira	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0
8. INVESTIMENTO EM CAPITAL FIXO	0	233 356	0	0	0	0	0
9. VAR. DE FUNDOS CIRCULANTES	392 134	356 012	432 813	530 581	520 422	517 147	524 709
10. OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0
Var. Acréscimos e Diferimentos	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	392 134	589 368	432 813	530 581	520 422	517 147	524 709

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 10.4 - Demonstração dos fluxos de caixa

	Unidade: Euros						
RUBRICAS	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS							
Recebimentos de Clientes	2 722 924	2 979 349	3 321 974	3 704 001	3 793 676	3 850 582	3 908 340
Pagamentos a Fornecedores	1 520 395	1 698 299	1 873 226	2 067 328	2 120 523	2 151 964	2 184 243
Pagamentos ao Pessoal	400 158	418 531	439 206	445 794	452 481	459 268	466 158
Caixa gerada pelas operações	802 371	862 519	1 009 542	1 190 879	1 220 672	1 239 349	1 257 940
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	99 944	(29 344)	93 913	121 464	166 235	168 846	176 334
Outros recebimentos / pagamentos	(364 437)	(358 867)	(670 317)	(766 030)	(865 943)	(879 284)	(902 464)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	537 878	474 308	433 138	546 312	520 964	528 912	531 810
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO							
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:							
Ativos fixos tangíveis	0	220 672	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis	0	43 356	0	0	0	0	0
Investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos	0	0	0	0	0	0	0
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:							
Ativos fixos tangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos	0	0	0	0	0	0	0
Subsídios ao investimento	0	116 678	0	0	0	0	0
Juros e rendimentos similares	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	0	(147 350)	0	0	0	0	0

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO							
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:							
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0	0	0
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio	0	116 678	5 000	0	0	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0	0	0	0	0	0
Doações	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações de financiamento	9	9	9	9	9	9	9
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:							
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0	0	0
Juros e custos similares	11 602	12 936	14 424	16 082	16 324	16 569	16 817
Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações de financiamento	0	0	0	0	0	0	0
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	(11 593)	103 751	(9 414)	(16 073)	(16 314)	(16 559)	(16 808)
Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)	526 285	430 709	423 724	530 239	504 650	512 353	515 002
Efeito das Diferenças de Câmbio	0	0	0	0	0	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 943	532 229	962 938	1 386 662	1 916 901	2 421 551	2 933 904
Caixa e seus equivalentes no fim do período	532 229	962 938	1 386 662	1 916 901	2 421 551	2 933 904	3 448 906

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 10.5 - Acréscimos e diferimentos

	Unidade: Euros						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
ACTIVO							
Gastos a reconhecer	462 287	462 287	462 287	462 287	462 287	462 287	462 287
Total	462 287	462 287	462 287	462 287	462 287	462 287	462 287
PASSIVO							
Credores por acréscimos de gastos	88 121	92 175	96 737	98 189	99 661	101 156	102 674
Juros a Liquidar	0	0	0	0	0	0	0
Remunerações a Pagar (Férias)	71 209	74 485	78 172	79 344	80 534	81 742	82 969
Encargos com Rem.	16 912	17 690	18 566	18 844	19 127	19 414	19 705
Rendimentos a reconhecer	13 097	13 097	13 097	13 097	13 097	13 097	13 097
Total	101 219	105 272	109 835	111 286	112 758	114 253	115 771

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 10.6 - Fundo de Maneio

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Unidade: Euros Variação ¹
NECESSIDADES									
Inventários e Ativos Biológicos	17 964	16 529	18 430	20 549	22 912	23 256	23 605	23 959	5 291
Mat. Primas e Subsidiárias	17 964	16 529	18 430	20 549	22 912	23 256	23 605	23 959	5 291
Mercadorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos Biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prod. E trabalhos em Curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prod. Acabados e intermédios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Clientes	296 967	274 407	305 964	341 150	380 382	386 088	391 879	397 757	89 121
Adiantamentos a Fornecedores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estado e Outros Entes Públicos	77 183	5 584	0	0	0	0	0	0	(77 183)
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	392 115	296 520	324 394	361 699	403 294	409 344	415 484	421 716	17 229
RECURSOS									
Fornecedores	181 823	220 379	243 792	269 234	297 563	301 659	306 184	310 777	119 836
Adiantamentos de Clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	79 158	81 932	94 857	81 038	77 859	69 791	81 038
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	181 823	220 379	322 950	351 166	392 420	382 697	384 043	380 568	200 875
FM NECESSÁRIO		(134 151)	(74 697)	9 089	342	15 772	4 795	9 707	
INVEST. EM FM NECESSÁRIO		0	0	9 089	342	15 772	4 795	9 707	

Fonte: Elaboração própria, 2021

1) VARIAÇÃO DO FUNDO DE MANEIO = Empresa Pós-Projeto (ano cruzeiro) - Empresa Pré-Projecto

Anexo 11 – Demonstrações de resultados previsionais (empresa com projeto)

Demonstração de Resultados previsionais (empresa com projeto)

Unidade: Euros

Rubricas	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Vendas e serviços prestados	2 261 194	2 521 231	2 811 173	3 134 457	3 181 474	3 229 196	3 277 634
Subsídios à exploração	28 242	28 666	29 096	29 532	29 975	30 425	30 881
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	0	0	0	0	0	0	0
Variação nos inventários da produção	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0	0	0
CMVMC	931 163	1 038 246	1 157 645	1 290 774	1 310 135	1 329 787	1 349 734
Fornecimentos e serviços externos	358 011	382 328	409 189	438 881	445 465	452 147	458 929
Gastos com pessoal	670 559	703 551	737 620	748 685	759 915	771 314	782 883
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	0	0	0	0	0	0	0
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	0	0	0	0	0	0
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	0	0	0	0	0
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0	0	0	0	0
Outras imparidades (perdas/reversões) / Imparidades (perdas/reversões) (*)	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos/Reduções de justo valor	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	17 861	18 398	18 964	19 572	19 860	20 077	20 297
Rendimentos suplementares	5 068	5 144	5 221	5 299	5 379	5 379	5 379
Outros	12 793	13 254	13 743	14 272	14 481	14 698	14 918
Outros gastos e perdas	22 202	24 038	26 074	28 334	28 759	29 190	29 628
Impostos indiretos	3 058	3 410	3 802	4 239	4 303	4 367	4 433
Outros	19 144	20 628	22 272	24 094	24 456	24 823	25 195
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	325 363	420 132	528 705	676 888	687 036	697 261	707 639

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	160 388	188 839	154 450	140 318	70 830	28 334	28 226
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0	0	0	0	0
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	164 974	231 293	374 255	536 570	616 206	668 927	679 413
Juros e rendimentos similares obtidos	9	9	9	9	9	9	9
Juros e gastos similares suportados	11 602	12 936	14 424	16 082	16 324	16 569	16 817
Resultado antes de impostos	153 382	218 366	359 840	520 497	599 892	652 368	662 606
Imposto sobre rendimento do período	9 757	55 247	91 040	131 686	151 773	165 049	167 639
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	143 624	163 120	268 801	388 811	448 119	487 319	494 966
Meios Libertos Anuais	0	0	0	0	0	0	0
Meios Libertos Acumulados com Projeto	164 974	231 293	374 255	536 570	616 206	668 927	679 413

Fonte: Elaboração própria, 2021

Anexo 12 – Balanços previsionais (empresa com projeto)

Balanços previsionais (empresa com projeto)

Unidade: Euros

Rubricas	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
ATIVO							
Ativo não corrente							
Ativos fixos tangíveis	665 104	680 715	540 716	414 848	344 022	315 688	287 463
Propriedades de Investimento	0	0	0	0	0	0	0
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0
Ativos Intangíveis	0	28 905	14 455	4	0	0	0
Ativos Biológicos	0	0	0	0	0	0	0
Participações Financeiras _ Método de Equiv. Patr.	0	0	0	0	0	0	0
Participações Financeiras - outros métodos	0	0	0	0	0	0	0
Acionistas / Sócios	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos financeiros	3 774	3 774	3 774	3 774	3 774	3 774	3 774
Ativos por impostos diferidos	0	0	0	0	0	0	0
Total do Ativo não Corrente	668 877	713 395	558 944	418 626	347 796	319 462	291 237
Ativo corrente							
Inventários	16 529	18 430	20 549	22 912	23 256	23 605	23 959
Ativos Biológicos	0	0	0	0	0	0	0
Clientes	274 407	305 964	341 150	380 382	386 088	391 879	397 757
Adiantamentos a fornecedores	0	0	0	0	0	0	0
Estado e outros entes públicos	5 584	0	0	0	0	0	0
Acionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0
Outras contas a receber	30 000	30 000	30 000	30 000	30 000	30 000	30 000
Diferimentos	462 287	462 287	462 287	462 287	462 287	462 287	462 287
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos financeiros	26 000	26 000	26 000	26 000	26 000	26 000	26 000
Ativos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0	0
Caixa e depósitos bancários	532 229	962 938	1 386 662	1 916 901	2 421 551	2 933 904	3 448 906
Total do Ativo Corrente	1 347 035	1 805 619	2 266 648	2 838 483	3 349 182	3 867 675	4 388 909
Total do ACTIVO	2 015 913	2 519 014	2 825 593	3 257 109	3 696 978	4 187 137	4 680 146

Capital Próprio							
Capital realizado	62 000	62 000	62 000	62 000	62 000	62 000	62 000
Ações (quotas) próprias	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos de capital próprio	31 500	148 178	153 178	153 178	153 178	153 178	153 178
Prêmios de emissão	0	0	0	0	0	0	0
Reservas Legais	12 250	12 250	12 250	12 250	12 250	12 250	12 250
Outras reservas	188 634	188 634	188 634	188 634	188 634	188 634	188 634
Resultados Transitados	228 196	371 821	534 940	803 741	1 192 552	1 640 671	2 127 990
Ajustamentos em ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0	0	0
Outras variações no capital próprio	43 123	159 801	159 801	159 801	159 801	159 801	159 801
Resultado líquido do período	143 624	163 120	268 801	388 811	448 119	487 319	494 966
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0
Total do Capital Próprio	709 328	1 105 804	1 379 604	1 768 415	2 216 535	2 703 853	3 198 820
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Provisões	0	0	0	0	0	0	0
Financiamentos Obtidos	0	0	0	0	0	0	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	641 516	641 516	641 516	641 516	641 516	641 516	641 516
Passivos por impostos diferidos	0	0	0	0	0	0	0
Outras contas a pagar	0	0	0	0	0	0	0
Total do Passivo não Corrente	641 516	641 516	641 516	641 516	641 516	641 516	641 516
Passivo Corrente							
Fornecedores	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamento de Clientes	220 379	243 792	269 234	297 563	301 659	306 184	310 777
Estado e outros entes públicos	0	79 158	81 932	94 857	81 038	77 859	69 791
Acionistas / Sócios	0	0	0	0	0	0	0
Financiamentos Obtidos	340 000	340 000	340 000	340 000	340 000	340 000	340 000
Outras Contas a Pagar	3 472	3 472	3 472	3 472	3 472	3 472	3 472
Diferimentos	101 219	105 272	109 835	111 286	112 758	114 253	115 771
Total do Passivo Corrente	665 069	771 694	804 473	847 178	838 928	841 768	839 811
Total do Passivo	1 306 585	1 413 210	1 445 988	1 488 693	1 480 443	1 483 284	1 481 326
Total do Capital Próprio e do Passivo	2 015 913	2 519 014	2 825 593	3 257 109	3 696 978	4 187 137	4 680 146

Fonte: Elaboração própria, 2021

Anexo 13 – Indicadores de Análise

Tabela 13.1 - Indicadores Económicos da empresa com projeto

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meios Libertos							
Líquidos ¹	164 974	231 293	374 255	536 570	616 206	668 927	679 413
Totais ¹	153 382	218 366	359 840	520 497	599 892	652 368	662 606
V.A.B. ¹	1 002 272	1 131 057	1 274 855	1 435 395	1 456 926	1 478 699	1 500 799
VBP ¹	2 294 504	2 555 041	2 845 490	3 169 289	3 216 829	3 265 000	3 313 895
Consumos Intermeádios ¹	1 292 232	1 423 984	1 570 635	1 733 894	1 759 903	1 786 301	1 813 096
CMVMC / Produção ²	41,18%	43,15%	43,15%	43,15%	43,15%	43,15%	43,15%
Gast.c/pess /Produção ²	29,66%	29,24%	27,49%	25,03%	25,03%	25,03%	25,03%
Encar. Financ./ Vendas + P.Serv. ²	0,51%	0,51%	0,51%	0,51%	0,51%	0,51%	0,51%
Res.Liq./ Vendas+Prest. Serv. ²	6,35%	6,47%	9,56%	12,40%	14,09%	15,09%	15,10%
Cash-Flow/Vendas + Prest. Serv. ²	7,30%	9,17%	13,31%	17,12%	19,37%	20,71%	20,73%
Meios Lib.Tot/ Vend+ Prest.Serv. ²	6,78%	8,66%	12,80%	16,61%	18,86%	20,20%	20,22%
VAB/ Vendas+ Prest.Serv. ²	44,32%	44,86%	45,35%	45,79%	45,79%	45,79%	45,79%
Gast. c/pessoal / VAB ²	66,90%	62,20%	57,86%	52,16%	52,16%	52,16%	52,16%
VAB / Unidade trabalho ¹	41 761	41 891	47 217	53 163	53 960	54 767	55 585
EBE ¹	4 586	42 454	219 804	396 252	545 376	640 593	651 188

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 13.2 - Indicadores Económicos da empresa com projeto

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
1. De Funcionamento							
Fundo de Maneio ¹	681 966	1 033 925	1 462 176	1 991 305	2 510 254	3 025 907	3 549 099
Liquidez Red.(Tesouraria)	1,25	0,80	0,58	0,44	0,35	0,29	0,24
Liquidez Geral	2,03	2,34	2,82	3,35	3,99	4,59	5,23
De Prod.Acab. em Curso (a) ³	0	0	0	0	0	0	0
De Matérias e Mercad. (b) ³	6	6	6	6	6	6	6
Prazo Médio Recebimentos (c) ³	36	36	36	36	36	36	36
Prazo Médio Pagamentos (d) ³	52	52	52	52	52	52	52
2. De Estrutura							
Autonomia Financeira ²	35,19	43,90	48,83	54,29	59,96	64,58	68,35
Autonomia Financ. Alargada ²	35,19	43,90	48,83	54,29	59,96	64,58	68,35
Cobertura do Imobilizado	2	2	4	6	8	11	13
Solvabilidade	0,543	0,782	0,954	1,188	1,497	1,823	2,159

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 13.3 - Índices de Rendibilidade

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RCP²	20,25	14,75	19,48	21,99	20,22	18,02	15,47
RAT²	7,55	6,86	9,89	12,31	12,45	11,93	10,84
ROA²	8,18	9,18	13,25	16,47	16,67	15,98	14,52

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 13.4 - VAL e TIR

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Valor Residual	Total
1. Res. Operac ¹	(138 390)	(79 028)	22 485	163 502	180 821	183 668	186 552		
2. Taxa de IRC ²	25,30	25,30	25,30	25,30	25,30	25,30	25,30		
3. Impostos (IRC) ¹	(35 013)	(19 994)	5 689	41 366	45 748	46 468	47 198		
4. Res. depois de Impostos ¹	(103 377)	(59 034)	16 796	122 136	135 074	137 200	139 354		
5. Amortizações e Reintegrações ¹	0	28 451	28 451	28 451	14 004	14 000	14 000		
6. Cash-Flow Operacional¹	(103 377)	(30 583)	45 247	150 586	149 078	151 200	153 354		
7. Investimento ¹	0	233 356	9 089	342	15 772	4 795	9 707		
CASH - FLOW¹	(103 377)	(263 939)	36 158	150 245	133 306	146 405	143 647		400 417
TAXA INTERNA DE RENDIBILIDADE (T.I.R.)									28,0%
Taxa de Atualização (Ka)²									4,24
Valor Atual	(103 377)	(253 204)	33 276	132 648	112 906	118 957	111 969	312 114	465 289
VALOR ATUALIZADO LÍQUIDO (VAL)¹									465 289

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 13.5 – Payback

Anos	Invest.¹	Meios Lib. Totais¹	Cash-Flow¹	Cash-Flow Acumul.¹	Nº Anos
2020	0	(103 377)	(103 377)	(103 377)	1
2021	233 356	(30 583)	(263 939)	(367 316)	2
2022	9 089	45 247	36 158	(331 159)	3
2023	342	150 586	150 245	(180 914)	4
2024	15 772	149 078	133 306	(47 608)	5
2025	4 795	151 200	146 405	98 797	6
2026	9 707	153 354	143 647	242 444	7
2027	0	149 520	149 520	391 964	8
2028	0	145 782	145 782	537 747	9
2029	0	142 138	142 138	679 884	10
2030	0	138 584	138 584	818 469	11

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 13.6 - Indicadores de Risco

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Vendas + Prest. Serviços (V)	2 261 194	2 521 231	2 811 173	3 134 457	3 181 474	3 229 196	3 277 634
Custos Variáveis (CV)							
C.M.V.M.C.	931 163	1 038 246	1 157 645	1 290 774	1 310 135	1 329 787	1 349 734
F.S.E.	189 467	211 256	235 550	262 638	266 578	270 577	274 635
Outras Custos Operacionais	14 803	14 988	15 162	15 333	15 557	15 710	15 864
Encargos Financeiros	0	0	0	0	0	0	0
Impostos Indiretos	3 058	3 410	3 802	4 239	4 303	4 367	4 433
Provisões	0	0	0	0	0	0	0
Total (CV)	1 138 491	1 267 900	1 412 159	1 572 984	1 596 573	1 620 441	1 644 667
Custos Fixos (CFx)							
Despesas com Pessoal	670 559	703 551	737 620	748 685	759 915	771 314	782 883
F.S.E.	168 544	171 072	173 638	176 243	178 887	181 570	184 293
Encargos Financeiros	11 602	12 936	14 424	16 082	16 324	16 569	16 817
Impostos Diretos	11 306	12 606	14 056	15 672	15 907	16 146	16 388
Amortizações	(160 388)	(188 839)	(154 450)	(140 318)	(70 830)	(28 334)	(28 226)
Total (CFx)	701 623	711 327	785 288	816 364	900 203	957 264	972 156
Ponto Crítico	1 413 112	1 430 922	1 577 955	1 638 746	1 807 035	1 921 482	1 951 278
Margem de Segurança	1,60	1,76	1,78	1,91	1,76	1,68	1,68
Grau de Alavanca Operacional	2,67	2,31	2,28	2,10	2,31	2,47	2,47
Grau de Alavanca Financeira	1,08	1,06	1,04	1,03	1,03	1,03	1,03
Grau de Alavanca Combinada	2,87	2,45	2,37	2,16	2,38	2,53	2,53

Fonte: Elaboração própria, 2021

Anexo 14 – Demonstração de Resultados Previsional do projeto

Demonstração de Resultados Previsional do projeto

Rubricas	Unidade: Euros						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Vendas e serviços prestados	(222 608)	172	252 298	537 199	545 257	553 436	561 738
Subsídios à exploração	(2 780)	(2 822)	(2 864)	(2 907)	(2 951)	(2 995)	(3 040)
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	0	0	0	0	0	0	0
Variação nos inventários da produção	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0	0	0
CMVMC	(96 055)	(4 380)	99 379	216 634	219 884	223 182	226 529
FSE	(18 653)	14	21 140	45 012	45 688	46 373	47 068
Gastos com pessoal	13 342	36 476	60 539	61 448	62 369	63 305	64 254
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	0	0	0	0	0	0	0
Imparidades de dívidas a receber	0	0	0	0	0	0	0
Provisões (aumentos/reduções)	(1 382)	(1 402)	(1 423)	(1 445)	(1 467)	(1 489)	(1 511)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	0	0	0	0	0	0	0
Outras imparidades (perdas/reversões) / Imparidades	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos/Reduções de justo valor	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	(6 260)	(6 085)	(5 886)	(5 651)	(5 741)	(5 908)	(6 078)
Rendimentos suplementares	0	0	0	0	0	(81)	(163)
Outros	(6 260)	(6 085)	(5 886)	(5 651)	(5 741)	(5 828)	(5 915)
Outros gastos e perdas	9 489	11 134	12 977	15 040	15 265	15 494	15 727
Impostos indiretos	(301)	0	341	727	737	748	760
Outros	9 790	11 134	12 636	14 313	14 528	14 746	14 967
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(138 390)	(50 577)	50 935	191 952	194 826	197 668	200 552

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	0	28 451	28 451	28 451	14 004	14 000	14 000
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0	0	0	0	0
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(138 390)	(79 028)	22 485	163 502	180 821	183 668	186 552
Juros e rendimentos similares obtidos	9	9	9	9	9	9	9
Juros e gastos similares suportados	(1 142)	1	1 295	2 756	2 798	2 840	2 882
Resultado antes de impostos	(137 239)	(79 019)	21 200	160 755	178 033	180 837	183 679
Imposto sobre rendimento do período	0	0	5 364	40 671	45 042	45 752	46 471
Resultado Líquido do Período	(137 239)	(79 019)	15 836	120 084	132 991	135 085	137 208

Fonte: Elaboração própria, 2021

Anexo 15 – Análise de Sensibilidade

Tabela 15.1 - Cenário otimista da análise de sensibilidade

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Vendas e serviços prestados	2 487 313,15 €	2 773 354,16 €	3 092 289,89 €	3 447 903,22 €	3 499 621,77 €	3 552 116,10 €	3 605 397,84 €
Subsídios à exploração	31 066,60 €	31 532,60 €	32 005,59 €	32 485,67 €	32 972,95 €	33 467,55 €	33 969,56 €
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Variação nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	931 162,52 €	1 038 246,21 €	1 157 644,52 €	1 290 773,65 €	1 310 135,25 €	1 329 787,28 €	1 349 734,09 €
Fornecimentos e serviços externos	376 957,85 €	403 453,59 €	432 743,52 €	465 145,19 €	472 122,37 €	479 204,21 €	486 392,27 €
Gastos com pessoal	670 558,88 €	703 550,87 €	737 620,39 €	748 684,70 €	759 914,97 €	771 313,69 €	782 883,40 €
Imparidades de inventários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidades de dívidas a receber	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Provisões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras imparidades / Imparidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aumentos/Reduções de justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	17 861,30 €	18 398,14 €	18 964,06 €	19 571,81 €	19 859,66 €	20 076,87 €	20 297,34 €
Outros gastos e perdas	23 705,05 €	25 714,66 €	27 944,50 €	30 419,73 €	30 876,98 €	31 341,07 €	31 812,11 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	533 856,75 €	652 319,57 €	787 306,59 €	964 937,44 €	979 404,82 €	994 014,27 €	1 008 842,87 €

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	160 388,30 €	188 838,85 €	154 450,28 €	140 318,37 €	70 829,94 €	28 333,77 €	28 225,68 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado Operacional	373 468,45 €	463 480,72 €	632 856,31 €	824 619,06 €	908 574,88 €	965 680,50 €	980 617,19 €
Juros e rendimentos similares obtidos	9,36 €	9,36 €	9,36 €	9,36 €	9,36 €	9,36 €	9,36 €
Juros e gastos similares suportados	12 762,08 €	14 229,72 €	15 866,14 €	17 690,74 €	17 956,11 €	18 225,45 €	18 498,83 €
Resultado antes de impostos	360 715,72 €	449 260,35 €	616 999,53 €	806 937,68 €	890 628,14 €	947 464,41 €	962 127,72 €
Imposto sobre rendimento do período	9 757,37 €	113 662,87 €	156 100,88 €	204 155,23 €	225 328,92 €	239 708,50 €	243 418,31 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	350 958,35 €	335 597,49 €	460 898,65 €	602 782,45 €	665 299,22 €	707 755,91 €	718 709,41 €
Ativo	2 226 119,92 €	2 964 120,75 €	3 420 580,25 €	4 068 709,57 €	4 720 676,86 €	5 431 582,71 €	6 148 648,81 €
Capital Próprio	916 661,81 €	1 485 615,30 €	1 951 513,95 €	2 554 296,40 €	3 219 595,61 €	3 927 351,53 €	4 646 060,94 €
Passivo	1 309 458,10 €	1 478 505,45 €	1 469 066,30 €	1 514 413,17 €	1 501 081,24 €	1 504 231,18 €	1 502 587,88 €
MLL	373 468,45 €	463 480,72 €	632 856,31 €	824 619,06 €	908 574,88 €	965 680,50 €	980 617,19 €
EBE	213 080,15 €	274 641,86 €	478 406,02 €	684 300,69 €	837 744,95 €	937 346,73 €	952 391,51 €
FMN	- 112 880,14 €	- 130 667,17 €	54 825,26 €	1 622,80 €	21 424,75 €	5 064,27 €	9 980,73 €
Liquidez Geral	2,33	2,69	3,46	4,18	5,09	5,93	6,80
Liquidez Reduzida	0,93	0,61	0,42	0,32	0,25	0,21	0,18
Autonomia Financeira	41,18	50,12	57,05	62,78	68,20	72,31	75,56
RCP	38,29%	22,59%	23,62%	23,60%	20,66%	18,02%	15,47%
ROA	16,78%	15,64%	18,50%	20,27%	19,25%	17,78%	15,95%
Índice Solvabilidade	0,70	1,00	1,33	1,69	2,14	2,61	3,09
GAO	2,12	1,93	1,91	1,80	1,93	2,02	2,02
GAF	1,04	1,03	1,03	1,02	1,02	1,02	1,02
GAC	2,20	1,99	1,96	1,84	1,97	2,06	2,06
VAB	1 211 963,30 €	1 364 580,04 €	1 534 946,32 €	1 725 106,32 €	1 750 982,91 €	1 777 166,97 €	1 803 743,79 €
VBP	2 523 447,64 €	2 810 030,67 €	3 129 516,55 €	3 485 688,28 €	3 537 973,61 €	3 590 962,53 €	3 644 746,28 €

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 15.2 - Cenário pessimista da análise de sensibilidade

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Vendas e serviços prestados	2 261 193,77 €	2 521 231,05 €	2 811 172,62 €	3 134 457,48 €	3 181 474,34 €	3 229 196,45 €	3 277 634,40 €
Subsídios à exploração	28 242,36 €	28 666,00 €	29 095,99 €	29 532,43 €	29 975,41 €	30 425,04 €	30 881,42 €
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Variação nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	977 720,65 €	1 090 158,52 €	1 215 526,75 €	1 355 312,33 €	1 375 642,01 €	1 396 276,64 €	1 417 220,79 €
Fornecimentos e serviços externos	375 911,70 €	410 425,71 €	448 335,76 €	489 994,73 €	508 216,53 €	527 426,50 €	547 686,43 €
Gastos com pessoal	670 558,88 €	703 550,87 €	737 620,39 €	748 684,70 €	759 914,97 €	771 313,69 €	782 883,40 €
Imparidades de inventários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidades de dívidas a receber	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Provisões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras imparidades / Imparidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aumentos/Reduções de justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	17 993,38 €	18 543,11 €	19 125,70 €	19 752,04 €	20 042,31 €	20 262,26 €	20 485,51 €
Outros gastos e perdas	23 312,40 €	25 623,31 €	28 175,46 €	30 994,99 €	31 923,67 €	32 896,70 €	33 916,74 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	259 925,88 €	338 681,76 €	429 735,95 €	558 755,20 €	555 794,87 €	551 970,23 €	547 293,97 €

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	160 388,30 €	188 838,85 €	154 450,28 €	140 318,37 €	70 829,94 €	28 333,77 €	28 225,68 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado Operacional	99 537,58 €	149 842,90 €	275 285,67 €	418 436,83 €	484 964,94 €	523 636,46 €	519 068,29 €
Juros e rendimentos similares obtidos	9,36 €	9,36 €	9,36 €	9,36 €	9,36 €	9,36 €	9,36 €
Juros e gastos similares suportados	11 601,89 €	12 936,11 €	14 423,76 €	16 082,49 €	16 323,73 €	16 568,59 €	16 817,12 €
Resultado antes de impostos	87 945,05 €	136 916,15 €	260 871,26 €	402 363,69 €	468 650,56 €	507 077,23 €	502 260,53 €
Imposto sobre rendimento do período	9 757,37 €	34 639,79 €	66 000,43 €	101 798,01 €	118 568,59 €	128 290,54 €	127 071,91 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	78 187,68 €	102 276,36 €	194 870,83 €	300 565,68 €	350 081,97 €	378 786,69 €	375 188,62 €
Ativo	1 961 655,50 €	2 384 259,20 €	2 632 423,02 €	2 977 276,12 €	3 321 595,09 €	3 704 305,13 €	4 078 695,64 €
Capital Próprio	643 891,14 €	979 523,51 €	1 179 394,34 €	1 479 960,02 €	1 830 041,99 €	2 208 828,68 €	2 584 017,30 €
Passivo	1 317 764,36 €	1 404 735,70 €	1 453 028,68 €	1 497 316,10 €	1 491 553,10 €	1 495 476,45 €	1 494 678,34 €
ML	99 537,58 €	149 842,90 €	275 285,67 €	418 436,83 €	484 964,94 €	523 636,46 €	519 068,29 €
EBE	-60 850,72 €	-38 995,95 €	120 835,38 €	278 118,45 €	414 135,00 €	495 302,69 €	490 842,61 €
FMN	-143 358,82 €	-56 093,67 €	-6 319,49 €	-1 122,81 €	13 302,43 €	3 729,17 €	8 565,41 €
Liquidez Geral	1,91	2,19	2,56	2,99	3,50	3,96	4,44
Liquidez Reduzida	1,42	0,92	0,68	0,52	0,42	0,35	0,30
Autonomia Financeira	32,82%	41,08%	44,80%	49,71%	55,10%	59,63%	63,35%
RCP	12,14%	10,44%	16,52%	20,31%	19,13%	17,15%	14,52%
ROA	5,07%	6,28%	10,46%	14,05%	14,60%	14,14%	12,73%
Índice Solvabilidade	0,49	0,70	0,81	0,99	1,23	1,48	1,73
GAO	3,00	2,58	2,58	2,36	2,71	3,00	3,08
GAF	1,13	1,09	1,06	1,04	1,03	1,03	1,03
GAC	3,39	2,83	2,72	2,45	2,81	3,10	3,18
VAB	937 660,61 €	1 050 876,40 €	1 177 635,09 €	1 319 531,07 €	1 328 452,15 €	1 336 711,54 €	1 344 332,99 €
VBP	2 294 504,03 €	2 555 040,96 €	2 845 489,68 €	3 169 289,29 €	3 216 828,63 €	3 265 000,38 €	3 313 894,70 €

Fonte: Elaboração própria, 2021